

Diário do Legislativo de 16/04/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 14/4/2003

Presidência do Deputado Elmiro Nascimento

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adalclever Lopes - Ana Maria - Célio Moreira - Elmiro Nascimento - Jayro Lessa - Laudelino Augusto - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Elmiro Nascimento) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 15, às 8 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Marília Campos e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Jayro Lessa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Marília Campos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Synesio Fagundes Filho, Presidente da OAB, 19ª Subseção, publicado no "Diário do Legislativo" de 29/3/2003; Telmo Rodrigues de Castro, Coordenador de Patrimônio do Círculo Maranguapense pela Construção e Defesa da Cidadania - OKARA -, que atua no Município de Maranguape, Ceará, solicitando informações sobre a data de criação desta Comissão e o envio de informativos, cartilhas, livros, relatório de atividades para o acervo dessa entidade; e Wanderlei Magalhães Mendes, de São Pedro dos Ferros, solicitando sejam tomadas as providências legais cabíveis quanto às denúncias de abuso de autoridade praticado pelos policiais militares desse município contra o Sr. Antônio Mendes Barbosa; carta da Sra. Maria dos Reis Silva, do Município de Passos, reiterando seu pedido feito anteriormente nesta Comissão; convites do Conselho Regional de Assistência Social para a reunião da Comissão Local de Assistência Social a realizar-se no dia 27/3/2003; do Fórum Mineiro de Saúde Mental para o I Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos, a ser realizado em março deste ano; e da FHEMIG para a conferência "Ensino e Pesquisa no Campo da Saúde Mental", a realizar-se em março deste ano. O Presidente solicita ao Deputado Jayro Lessa que proceda à leitura do relatório concernente à visita realizada na Penitenciária Nelson Hungria, em Nova Contagem. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 41/2003 (relatora: Deputada Marília Campos, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 237/2003, em turno único. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Pastor George, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Segurança Pública, destinada à realização de audiência pública com os convidados que menciona, para debater sobre a criação da Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais; Durval Ângelo (3), em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, destinada à realização de audiência pública com os convidados que menciona, para obter esclarecimentos sobre a demissão do ex-metalúrgico da Fiat Automóveis, Sr. Juarez da Silva Chaves, ocorrida em dezembro de 2002; seja realizada audiência pública com os convidados que menciona, para debater as possíveis irregularidades no processo de desapropriação da área denominada "Várzea do Moinho", no Bairro General Carneiro, no Município de Sabará; e seja realizada audiência pública desta Comissão com os convidados que menciona, para debater a exclusão de 22 policiais militares em Montes Claros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2003.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Célio Moreira.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 11/4/2003

Às 9h45min, comparecem na Sala de Sessões da Câmara Municipal de São Gonçalo do Sapucaí os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncias de crime de tortura e de abuso de autoridade que teriam sido cometidos na Delegacia de Polícia de São Gonçalo do Sapucaí. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença da Sra. Terezinha Allerand, Prefeita Municipal; dos Srs. Giovanni Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal; Sérgio Franco de Oliveira Júnior, Juiz de Direito; Paulo Henrique Senra Carneiro Barbosa, Promotor de Justiça; das Sras. Maria Augusta Vilela Tavares, advogada, Maria Aparecida Ferreira Magalhães, Presidente da OAB - 81ª Subseção, e do Ten. Júlio César de Campos Silva, Comandante do Pelotão da PM, todos de São Gonçalo do Sapucaí; do Cap. Paulo Moreira, Comandante da 113ª Cia., sediado em Pouso Alegre; e dos Srs. Wellington Peri Barbosa, Delegado de Polícia da Corregedoria-Geral em Belo Horizonte; Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo, Promotora de Justiça da Área Criminal, representando o Sr. André Estevão Ubaldino Pereira, Coordenador e Procurador da Promotoria de Combate ao Crime Organizado em Belo Horizonte; Odair José da Cunha, Deputado Federal membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece as considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e Célio Moreira (3), em que pleiteiam seja enviado ofício à Procuradora Chefe da Defensoria Pública em Belo Horizonte, solicitando agilidade no acompanhamento dos processos de todos os presos defendidos pela defensoria na Comarca de São Gonçalo do Sapucaí; seja encaminhado ofício ao Conselho de Ética da OAB-Seção Minas Gerais, solicitando apuração de possíveis irregularidades na conduta profissional dos advogados Luiz Gustavo de Andrade Paiva, OAB-MG 70541; Fernando Martins de Jesus, OAB-MG 1088-A; Jair Mendes Bueno, OAB-MG 43566; Edson Cardoso Miranda, OAB-MG 1296-A; em que solicitam à Corregedoria de Polícia a instauração de procedimento destinado a apurar os fatos narrados a esta Comissão pela Sra. Maria Aparecida Fernandes, Secretária da Mesa Diretora da Câmara e Conciliadora do Juizado Especial, e pelo Sr. Giovanni Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, tendo em vista as perseguições e ameaças sofridas por parte do ex-Delegado Pedro Luís Aguiar; dos Deputados Roberto Ramos e Célio Moreira (2), em que pleiteiam seja enviado ofício ao Procurador-Geral de Justiça, solicitando seja pedida a prisão preventiva do Sr. Pedro Luís Aguiar, ex-Delegado de São Gonçalo do Sapucaí, dos Detetives Almir de Souza, Jefferson dos Santos e dos Srs. Paulo Prata e Mauro de Riga, funcionários cedidos pela Prefeitura, em função das crescentes ameaças ao Promotor e ao Juiz da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí, bem como às testemunhas do caso; e seja encaminhado ofício à Corregedoria da Polícia Civil, solicitando apuração da suposta existência de Juizado Especial Criminal clandestino, com esquema de negociação de Termos Circunstanciados de Ocorrências na Delegacia de Polícia de São Gonçalo do Sapucaí; e do Deputado Célio Moreira (1), em que pleiteia seja encaminhado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que a Comissão de Combate ao Crime Organizado, composta por Juizes, Promotores e policiais, seja designada para acompanhar a apuração dos fatos envolvendo o ex-Delegado da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí em possível prática de tortura e abuso de autoridade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, às 15 horas do dia 11/4/2003, no Fórum de Três Corações, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2003.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Célio Moreira.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária, em 16/4/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dinis Pinheiro opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidade ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 16/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 322, 395 e 397/2003, do Deputado Chico Simões; 349 e 350/2003, do Deputado Domingos Sávio; 354/2003, do Deputado Gil Pereira; 358 e 360/2003, da Deputada Maria Olívia; 414/03, do Deputado Doutor Viana; 425 e 426/2003, da Deputada Marília Campos; e 427/2003, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 16/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 54/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 64/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União, a realizar-se às 15 horas do dia 16/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 16/4/2003, destinada à Sessão Plenária de Encerramento do Fórum Técnico: "A Reforma da Previdência Social".

Palácio da Inconfidência, 15 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares da FEAM e do IEF

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, Maria José Haueisen e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública dos Srs. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor-Geral do IEF, e Ilmar Bastos Santos, Presidente da FEAM.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2003.

José Milton, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 15/4/2003, as seguintes comunicações:

Do Deputado Bonifácio Mourão, dando ciência à Casa de sua filiação ao PSDB a partir de 9/4/2003. (- Ciente. Cópia às Comissões e às Lideranças.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dando ciência à Casa de sua filiação ao PSDB. (- Ciente. Cópia às Lideranças.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/4/2003

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos das galerias, concidadãos que nos acompanham pela TV Assembléia, voltamos a esta tribuna para algumas informações, alguns comentários e para uma mensagem. Ontem, na Comissão de Transporte, tivemos audiência sobre o Fundo SOMMA. Estiveram aqui o Vice-Presidente do BDMG, Dr. José Augusto Trópia Reis, e o Gerente de Infra-estrutura e Desenvolvimento Urbano, Dr. Mário José Ferreira, quando pudemos levantar algumas questões e obter esclarecimentos, porque o Fundo, que já foi objeto de uma CPI nesta Casa, está assinando convênios com Prefeituras, deixando-nos preocupados com a fiscalização das obras. A CPI detectou irregularidades em várias cidades. O relatório da CPI foi mandado para diversas entidades, tais como Tribunal de Contas, BDMG, Câmaras Municipais, Ministério Público. Como se trata do uso do dinheiro público, é nossa obrigação, como Deputados, acompanhar o emprego desse dinheiro. Fizemos várias perguntas, sempre com o objetivo de conhecer como funciona o BDMG, como o empréstimo é feito, como é ressarcido, e fomos muito bem atendidos. Porém, uma coisa ficou clara. O BDMG não tem condições nem infra-estrutura nem meios de fiscalizar todas as obras. Achamos isso muito sério. Há uma garantia de que o empréstimo será pago porque é descontado no FPM, talvez por isso não haja fiscalização. As Prefeituras fazem o pedido sem um projeto técnico. Pedem um montante sem sabermos como é calculado. Parece que pedem o máximo que podem com relação ao índice de endividamento, depois providenciarão o que fazer com esse dinheiro. Isso é temerário. Seria bom que todos os governantes tivessem uma ética tal que pudéssemos acreditar e confiar neles. Mas temos exemplos. Na CPI, todos os municípios investigados têm irregularidades. Em nenhum deles foi encontrado

um projeto técnico da obra a ser realizada. Os Consultores da Assembléia investigaram e constataram que obras que deveriam ser feitas de uma determinada maneira foram feitas de outra, ou que a espessura e a base do asfalto não coincidiam com o esperado.

Com a preocupação de moralizar e conseguir que o dinheiro seja usado de uma melhor maneira, estamos preparando um projeto de lei. Assim, se houver realmente uma fiscalização, uma obra que seria feita apenas para uma cidade poderá ser feita para duas ou três cidades. Aguardamos a audiência de ontem a fim de colocar na lei algumas exigências a mais para que o BDMG assine o convênio e repasse a verba. Faremos ainda contato com Prefeitos, com associações de municípios, com o BDMG, com os Deputados e com a nossa Comissão de Transporte, para fecharmos esse projeto de lei e protocolá-lo na Casa.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Cumprimento-o pela iniciativa, pois é extremamente importante que esta Casa esteja atenta ao papel que cabe a todos nós, qual seja, além de legislar, atuar como fiscalizadores das funções públicas, como interlocutores de nossa comunidade com o Governo. No caso, é extremamente relevante a nossa ação, porque, como bem disse o nobre Deputado, trata-se de dinheiro público, e em alguns casos são quantias vultosas. Trata-se de um dinheiro que, aparentemente, pode parecer fácil para o município, mas que deverá ser pago por ele. Então, esses recursos devem ser bem aplicados, com critério, projeto e prioridades sociais bem definidas.

Se me permite o nobre Deputado, quero fazer uma ressalva. Fui Prefeito de Divinópolis e tivemos a oportunidade de dar continuidade a um projeto SOMMA, aprovado pelo Prefeito que nos antecedeu, Aristides Salgado. Posso assegurar que foi uma obra que revolucionou o saneamento básico em Divinópolis, por meio da qual fizemos a canalização de córregos em áreas de risco propensas à inundação.

Esses investimentos, além de trazerem grandes benefícios sociais, foram objeto de projetos altamente detalhados. Houve um processo licitatório anterior à contratação da operação. Isso começou por volta de 1995, quando havia o Fundo SOMMA. Naquela época, de uma forma muito vigorosa, o BDMG acompanhou a obra, inclusive durante o meu mandato. Graças a Deus, não houve nenhuma irregularidade quanto a Divinópolis.

Parabenizo V. Exa. pela iniciativa. É preciso que se reveja a forma de liberação de recursos do SOMMA, se esta estiver sendo feita como V. Exa. disse, sem projeto prévio e sem definição de um critério para se determinar onde vai ser aplicado o dinheiro. O dinheiro é público, e deve ser verificado o projeto de maneira antecipada, para atender bem à comunidade.

Desejo que Divinópolis receba investimentos do SOMMA agora, e estou me empenhando junto ao BDMG e ao nosso Governador. Espero que haja um projeto sério, e o dinheiro seja aplicado adequadamente. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Agradecemos o aparte. Sabemos o trabalho que é feito pelo BDMG, que tem conseguido muitas obras importantes para o nosso povo. Reconhecemos isso ontem na audiência, mas, no tocante à fiscalização e ao acompanhamento, precisamos nos aperfeiçoar. A sociedade precisa se mobilizar para que isso aconteça.

Falarei sobre as audiências que a Comissão de Transporte tem feito no interior do Estado. Refiro-me especialmente às quatro audiências que foram realizadas no Sul de Minas, em Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, para fazer o lançamento do programa de recuperação da malha viária do Sul de Minas.

O Ministro Anderson Adauto assinou a ordem de serviço para restauração da BR-459, sem reforma há mais de 30 anos. Especula-se quem seria o pai das reformas das BRs. Não é Deputado, não é Ministro; o autor é a sociedade organizada que cobrará pelas ações. Os políticos vão a reuniões, todos fazem sua parte, e a população pode ficar de fora. Na audiência pública em Itajubá, a população quase não pôde participar. Não queremos descobrir o pai das obras, mas detectamos o pai dos buracos das BRs, o poder público constituído, cuja obrigação corresponde à manutenção das estradas. Em Minas, mais de 40% da malha viária está em péssimas condições.

A sociedade torna-se pai e mãe, pois paga, por intermédio de impostos, essa conta. Parabéns a nós, políticos, pelo dever cumprido. Parabéns à sociedade organizada pelo direito conquistado, pois o que é direito não é presente, é direito, e todos têm o dever de respeitá-los.

Depois de nos reunirmos com a FIEMG, apresentamos requerimento para que o Ministro Anderson Adauto aqui venha apresentar o Plano Plurianual de Ação Governamental do Ministério dos Transportes. Também apresentamos requerimento para o Secretário Agostinho Patrús apresentar o plano plurianual estadual.

Como estamos em plena guerra, trago mensagem dos Estados Unidos, de onde vem o veneno, mas também o antídoto.

Aprendi e quero repartir com todos a seguinte mensagem. Alguns dias depois do atentado de 11 de setembro, em Nova Iorque, uma tribo indígena americana reuniu-se, e o cacique disse para sua família: "dois lobos ferozes estão lutando no meu peito. Um é o lobo da ira, da vingança e do ódio, por causa da destruição das "Torres Gêmeas". O outro é o da ternura, da paz, do amor e do perdão." Ficou quieto. Um dos netos perguntou: "Grande pai, que lobo vencerá essa luta?" O grande cacique, acariciando seu neto, disse: "o vencedor será aquele a que eu der alimento".

Essa é uma lição para nós: devemos alimentar, em nossas famílias e comunidades, o lobo da paz, da ternura e do perdão. Há que se endurecer, sem perder a ternura jamais, como dizia Che Guevara. Temos que endurecer, chamar a atenção, criticar o Bush e o Hussein, e mostrar o autoritarismo deles, mas sem perder a ternura. Muitas vezes, esse espírito está dentro de casa: brigas na família e guerras nas universidades e entre os partidos, mas temos que alimentar o lobo da esperança, do perdão e da paz.

Quero finalizar, lembrando aquele canto do Zé Geraldo que nos diz para não nos intimidarmos com a violência e com o poder da guerra, pois a força bruta é sinal de fraqueza. Essa é a mensagem que deixamos nesta semana que antecede a Semana Santa, desejando a todos e a suas famílias que participem intensamente da fecundidade libertadora da Páscoa.

O canto do Zé Geraldo diz: "não se deixe intimidar pela violência, o poder da sua mente é toda sua fortaleza. Pouco importa esse aparato bélico universal, toda força bruta representa nada mais do que um sintoma de fraqueza. O importante é você crer na força incrível que existe dentro de você". E ele termina, dizendo: "meu amigo, meu compadre, meu irmão, vamos escrever a história com a nossa própria mão. Somos todos, cidadão, cidadã, políticos, profissionais, trabalhadores, mulheres e homens de todas as raças e línguas, chamados a construir esse mundo novo, possível". Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Aécio Neves foi incisivo ao anunciar que promoveria o choque de gestão, com o objetivo de dar ao Estado modernidade, agilidade e eficiência, adequando-o aos novos tempos e garantindo transparência aos atos e ações do Governo.

De todos os desafios que enfrentará ao longo destes quatro anos, dois estão mais afetos aos interesses diretos do povo mineiro: o primeiro é o

de inserir Minas Gerais no cenário dos centros mais dinâmicos do País; o segundo é o de buscar, a todo custo, o equilíbrio regional nesse Estado, onde o desequilíbrio é visível.

Quem contempla o mapa de Minas pode traçar uma diagonal e ver que, abaixo da linha, fica a Minas rica, e, acima, a Minas pobre, compreendendo o Norte de Minas, o vale do Jequitinhonha, o vale do Mucuri e o vale do Rio Doce. Nessas regiões e vales, o IDH é muito baixo.

Na educação, vê-se que o número de analfabetos é maior; é maior o número de alunos que nem sequer terminam o 1º grau; são menores a matrícula e a frequência ao 2º grau; menor ainda é o índice dos que cursam o 3º grau; é menor o número de cursos especializados e de cursos para excepcionais; é menor o número de cursos de reciclagem e de capacitação para professores.

Na saúde, problemas semelhantes se repetem. É maior o índice de mortalidade infantil, de crianças sem vacinação, de preocupação com o ainda precário sistema de saúde preventiva, como maior também é a preocupação com o sistema público de saúde curativa. Maiores são as filas de consultas nos hospitais e postos de saúde públicos.

A precariedade na área da segurança pública, da assistência ao produtor rural e do transporte e sistema viário também é maior nessa região.

Talvez pelo peso político, os programas de Governo neste País, e Minas não é exceção, acabam direcionados para as regiões mais ricas. Com este pronunciamento, temos o objetivo de contribuir para corrigir essas distorções. Desejamos aplaudir e, mais do que isso, apoiar as ações do Governador Aécio Neves, que busca o equilíbrio regional, ao se preocupar em diminuir os efeitos da pobreza nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas. Para tanto, criou a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas.

Coerente com essa posição, o projeto do Governo deve seguir na direção das regiões menos desenvolvidas. O vale do rio Doce, lamentavelmente, é a quarta, depois das três que formam a conhecida Área Mineira da SUDENE. Governador Valadares, com uma população da ordem de 250 mil habitantes, não conta com nenhum empreendimento de destaque, embora ofereça localização estratégica e todos os demais requisitos para sediar grandes empreendimentos. Para lá e para o restante desse vale, poucos investimentos industriais têm sido destinados, mormente se forem comparados com as regiões Central, Sul e Triângulo Mineiro.

Para aprofundar essa afirmativa, basta consultar um dado altamente preocupante. A receita de ICMS decorre, obviamente, da produção industrial e da atividade comercial. A Superintendência da Receita Estadual do Vale do Rio Doce tem, nos últimos dez anos, a cada ano, reduzido sensivelmente sua participação percentual na receita do Estado, em decorrência do não-acompanhamento do nível de crescimento das demais regiões.

Seria insensato, caso pleiteasse outra Secretaria para o vale do rio Doce, mas é justo e imperativo que haja um programa especial e urgente para essa região.

Por essas razões, estou encaminhando expediente ao Governador Aécio Neves, em que solicito seja encomendado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, com a necessária integração das Secretarias de Planejamento e Gestão e de Desenvolvimento Econômico, a elaboração de um projeto piloto, a fim de atender à região do vale do rio Doce, onde vivem cerca de 800 mil mineiros. Esse projeto deve abranger todas as ações do Governo tendentes a reduzir os desequilíbrios regionais.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, conto com a colaboração dos nobres pares desta Casa, na oferta de subsídios para a elaboração e o acompanhamento desse projeto.

O Deputado José Henrique (em aparte)* - O seu pronunciamento, em boa hora, chama a atenção do nosso Governo para a questão do vale do rio Doce. A Associação dos Municípios do Leste de Minas - ASSOLESTE - está com um projeto em andamento visando ao levantamento de dados socioeconômicos da região do vale do rio Doce e do Leste de Minas. O IGA está realizando esses levantamentos. Temos também de colher dados da Fundação João Pinheiro, do IGA e de outras instituições, para que a Secretaria de Planejamento deste Governo possa rever a situação e passar a enxergar o vale do rio Doce como uma região especial. Parabéns pelo seu pronunciamento. Nós, da região, desejamos dar-lhe as mãos, para que possamos também ajudar. Obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão* - Agradeço o aparte elucidativo do Deputado José Henrique, a contribuição que já está sendo dada pela ASSOLESTE, presidida outrora pela ilustre Prefeita de Divino das Laranjeiras, Maria das Graças, e todas as microrregionais que contribuem levantando IDHs e demais dados. Isso vai ao encontro desse nosso requerimento para a elaboração de um plano piloto, a fim de que os Secretários mencionados, Maria Emília, da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, e Antônio Augusto Anastasia, da Secretaria de Planejamento e Gestão, ouvindo os representantes da região, possam desenvolver melhor esse plano piloto.

Na verdade, ele é indispensável na busca do equilíbrio regional de Minas Gerais. Como já falei, a linha diagonal divisória da Minas rica e da Minas pobre precisa desaparecer. Nós, Deputados, temos responsabilidade para que isso aconteça o quanto antes. Todos que estamos na parte de cima dessa diagonal esperamos que os Deputados que representam a parte mais privilegiada nos dêem as mãos para trabalharmos juntos com o intuito de termos uma única Minas Gerais mais progressista e à altura do que os mineiros esperam.

O problema que afeta a região do Jequitinhonha, do vale do rio Doce ou qualquer outra não é exclusivamente meu ou particularmente de qualquer parlamentar, mas dos mineiros e de todos nós.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, visitantes que nos honram com sua presença, telespectadores da TV Assembléia, meus cumprimentos a todos.

O assunto que me traz a esta tribuna é extremamente relevante. Felizmente ecoa o clamor de que a educação não pode ser tratada como bandeira de um partido, de um indivíduo nem de um grupo. A causa também não pode ser apenas objeto de discurso, de retórica nem de campanhas. Devemos nos comprometer permanentemente com essa questão e adotar atitudes para que, de fato, nosso País alcance a tão sonhada justiça social, o desenvolvimento que chegue a todos, a distribuição de renda mais justa, o pleno emprego, enfim, para que possamos vencer as mazelas que afligem nossa sociedade.

Sem dúvida, a falta de uma educação de qualidade acessível a todos é fator preponderante, é causa desse efeito que aflige todos e deve ser a razão pela qual viemos à Casa do povo. Refiro-me à educação, com o intuito de conchamar os companheiros Deputados e todas as lideranças do Estado para fazermos um apelo ao Presidente Lula e ao Ministro da Educação em prol de uma causa que não se iniciou agora: a luta pela implantação do ensino técnico de qualidade em Divinópolis, por meio do CEFET. Divinópolis é um pólo industrial, tem menos de um século de

idade, mas, hoje, conta com mais de 200 mil habitantes, polariza uma região de mais de 1 milhão de habitantes, tem como base da economia a indústria, o comércio, os serviços, atividades que requerem conhecimento técnico; porém, lá, não possuíamos ensino profissionalizante para preparar nossos jovens para o mercado de trabalho.

Em 1994, tivemos a felicidade de ver criada, por uma portaria ministerial, a unidade do CEFET em Divinópolis. Em 1995, era Vereador dessa cidade e tive o privilégio de, como Presidente daquela Casa, agilizar a tramitação de projeto de lei que doava um terreno de cerca de 34.000m² para construção da sede. Em 1997, já como Prefeito, pude celebrar convênio de parceria, porque o CEFET, que já funcionava desde 1996, corria o risco de fechar as portas, porque o Governo Federal continuava sem tomar a iniciativa de construir a sede. E, mais do que isso, faltavam funcionários e recursos materiais para o seu pleno funcionamento.

Mas ali já existia uma escola funcionando, formando jovens que chegavam e eram absorvidos pelo mercado de trabalho. Basta dizer que, ao longo de seis para sete anos de funcionamento efetivo, o CEFET de Divinópolis já formou centenas de jovens, número que se aproxima de dois mil, e temos hoje cerca de 800 alunos estudando nessa unidade técnica. Como, se até hoje nem sede própria temos? Mas a luta foi ganhando corpo, contando com várias lideranças, de vários partidos políticos, como, por exemplo, o então Vereador Beto Cury, do PT, que esteve comigo, algumas vezes, em Brasília e, em várias ocasiões, lutou para que essa unidade deixasse de ser um sonho e fosse construída; o ex-Senador da República Francelino Pereira, de outro partido, com posições muitas vezes antagônicas; o Presidente da Câmara, hoje Governador de Minas, que esteve comigo no Gabinete do Ministro da Educação por várias vezes, e uma série de autoridades municipais, estaduais, federais que apelaram para a sensibilidade do Governo, afirmando que era preciso construir sede própria para o CEFET de Divinópolis continuar e aprimorar o seu trabalho.

Depois de muita luta, de idas e vindas, no ano de 2002, graças a um recurso do PROEPE, que tem boa parcela proveniente de recursos internacionais para o desenvolvimento do ensino técnico, o Ministério da Educação resolveu celebrar convênio com outro órgão federal, o CEFET-MG, para a construção da sede própria em Divinópolis. Isso foi um alívio para todos.

Não foi, volto a dizer, bandeira partidária de um indivíduo nem de grupo. Vários companheiros de vários partidos lutaram por essa causa. Destaco a comunidade, o Prof. Carlos Alexandrino, Diretor do CEFET-MG; o Prof. Josias, Diretor da unidade de Divinópolis; os professores, alunos, que foram para a rua, no dia 1º de junho, aniversário de Divinópolis, fazer protestos pacíficos, ordeiros, alertando para a necessidade da construção daquela sede; as obras sociais da Paróquia de Santo Antônio, entidade filantrópica da Igreja Católica, que cede, desde 1996, um prédio de 3.000m² de área construída - há projeto aprovado para construção de 8.000m², onde funciona, sem pagar aluguel. Embora as obras sociais existam para manter creches e entidades que atendam à comunidade, é feito esse sacrifício para manter o funcionamento de uma unidade pública federal.

Esse breve relato para dizer que essa causa, que é de todos nós, teve seu momento de alívio, de alento, de grande esperança com a assinatura de um convênio, com a liberação, prevista de R\$3.400.000,00 aproximadamente, com a publicação no "Diário Oficial da União", com destinação de primeira parcela em 2002 e previsão de segunda para fevereiro de 2003.

O atual Governo - e é natural que o faça, que reestruture seu planejamento orçamentário e de execução de obras - resolveu cancelar os convênios para construções e ampliações de unidades do CEFET no Brasil.

É uma luta de seis anos que começou a se materializar. Não foram meras promessas, mas uma luta que culminou na definição ministerial de celebrar o convênio. Para tanto foi exigido projeto.

O município doou terreno de 34.000m². O CEFET-MG e o de Divinópolis se uniram com recursos próprios da manutenção dessas unidades. Elaboraram projeto de cerca de mil páginas com plantas arquitetônicas e de engenharia, com demonstração de viabilidade e do histórico de uma unidade que já funciona. O convênio foi assinado, publicado, iniciado e cancelado.

Faço apelo a todos os companheiros e tenho certeza de que encontrarei apoio do PT, para que assinemos documento requerendo ao Ministro e, naturalmente, ao Presidente Lula que se sensibilizem com a questão, revendo os convênios previstos. Esse é um convênio justo, correto, bem projetado, que vai ao encontro do interesse público e não deve ser interrompido.

A alegação de que havia previsão orçamentária de R\$80.000.000,00 e convênios celebrados da ordem de R\$160.000.000,00 ou R\$180.000.000,00 de alguma forma nos pegou de surpresa e mereceu estudo. Verificamos que, para 2003, a dotação orçamentária não cobre o valor total dos convênios previstos, mas são para execução em três anos.

O convênio do CEFET de Divinópolis é de R\$3.400.000,00, mas esse valor não é para 2003. Assim é nas demais unidades da Federação. Portanto, a alegação não procede.

Não queremos fazer do nosso discurso nenhum ataque ao Governo por sua decisão. Queremos alertar que a decisão pode trazer prejuízo à educação, ao povo de Divinópolis, do Centro-Oeste mineiro, e ao Governo do Presidente Lula, que se elegeu com o compromisso de melhorar a educação. Ao tomar essa atitude joga por terra o trabalho de mais de meia década. Portanto, é preciso que nos unamos e trabalhem juntos para que a educação, como bandeira de todos, saia vencedora.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Temos de tomar conhecimento e realizar ações concretas para que isso se resolva. A educação no País é questão seriíssima. Como V. Exa. disse, não pode ser bandeira de apenas um partido, mas suprapartidária.

Estivemos em Divinópolis na sexta-feira passada com o Prof. Josias. A Deputada Federal Maria do Carmo entrou em contato com o Ministro da Educação. Especificamente o CEFET de Divinópolis tem toda essa trajetória que V. Exa. relatou.

Está marcada para a próxima terça-feira audiência com o Prof. Antônio Ibañez. Estarão presentes, também, a Sra. Maria do Carmo, Deputada Federal, os Deputados Federais daquela região, o Prof. Josias e lideranças. Pretendemos estar lá também, para que possamos, junto com o Secretário, chegar ao Ministro que está no exterior. Se necessário, falaremos com ele da importância do CEFET para Divinópolis.

Como V. Exa. disse, Lideranças do PT e de outros partidos têm acompanhado. Não podemos comparar aquela escola com outras instituições. Até escolas particulares estavam pleiteando receber recursos desses convênios.

Queremos deixar registrado que nós, da Bancada do PT, juntamente com Lideranças de outros partidos, estamos atentos. Queremos somar esforços para que Minas Gerais possa ser vanguarda em vários aspectos, inclusive na educação e, sobretudo, o Governo Federal, que tem compromisso de investir no social.

O atual Ministro da Educação, que foi Governador de Brasília, em razão de sua longa trajetória nessa área, tem todo respaldo para tomar as

medidas necessárias ao nosso País. Obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço o apoio fundamental das Deputadas Maria Tereza Lara e Maria do Carmo. Na última segunda-feira, durante uma reunião, o Prof. Josias relatou a sua visita e solicitou-nos que acompanhássemos a comitiva a Brasília. Temos certeza de que a soma de esforços contribuirá para sensibilizar aqueles que não conhecem de forma clara, como conhecemos, a causa do CEFET de Divinópolis.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Nobre amigo, Deputado Domingos Sávio, estou aqui para manifestar solidariedade a essa causa. Não tinha conhecimento de tão bela situação em Divinópolis, que é a construção de uma instituição educativa como o CEFET. O choque administrativo ocorrido no início do Governo Lula afetou essa iniciativa, que, como bem disse V. Exa., não foi apenas de um partido, mas de toda conjuntura política da cidade. Quando isso acontece, Deputado Domingos Sávio, ocorre uma evolução. Por isso, a construção já está no papel. Por isso também, o sonho dos jovens que desejam estudar para conseguir uma profissão realizar-se-á.

Portanto, estou juntando-me a essa luta, também como político, a fim de que Divinópolis seja contemplada com essa construção ainda neste ano. Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço as palavras do Deputado Leonardo Quintão. Solicitamos, portanto, o apoio dos Deputados, da Comissão de Educação, da bancada da UEMG, que é comprometida com todas as causas da educação, dos companheiros do PT, a fim de que Divinópolis, o Centro-Oeste mineiro, Minas Gerais e o Brasil não percam o trem da história e não corram o risco de ver retroceder um projeto tão importante e sério. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, na semana passada, o nobre Deputado Rogério Correia, Líder do PT, usou esta tribuna para falar sobre os cortes que o Governo fez no orçamento de 2003. Naquela oportunidade, fez um aparte dizendo que traríamos as informações a respeito da reestruturação e do ajuste fiscal feitos pelo Governador Aécio Neves. É importante ressaltar que, após quatro anos de descaso, Minas sofreu barbaramente com a herança assumida por este Governador. Foi uma herança muito pesada. Herdou a expectativa de R\$2.300.000.000,00 do Governo anterior e R\$840.000.000,00 de Restos a Pagar, ou seja, despesas feitas, e não pagas, contabilizando esses Restos. Segundo técnicos do Governo Federal e o Ministro Palocci - do PT e do Governo Lula -, em 2001, Minas descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - e o ajuste feito com o Governo Federal. Portanto, a pena é a retenção de R\$36.000.000,00, já tendo sido retidas três parcelas, e, salvo engano, a quarta será retida amanhã ou sexta-feira. Então, percebemos que R\$24.000.000,00 foram retirados do orçamento mineiro sob a alegação de que, no passado, o Estado descumpriu metas. Ora, se o Governo de Minas não fizer o ajuste fiscal, continuaremos vivendo o drama de, além da dificuldade de caixa, termos verbas retidas devido a esse não-cumprimento.

Seria importante que o Deputado Rogério Correia e a Bancada do PT ajudassem agora o povo mineiro e que pensássemos em Minas Gerais. As demonstrações de esforço feitas pelo Governador Aécio Neves são mais que claras, são objetivas e reais. Fazemos esforço e ainda assim somos punidos pelo tecnicismo do Governo Federal. Ao mesmo tempo, Deputado Líder do PT critica este Governo porque faz ajustes fiscais necessários. Por outro lado, o Governo Federal diz: "Se não fizerem o ajuste fiscal, continuarei retendo suas verbas".

Temos de encontrar a mesma linguagem. É preciso que a União entenda o drama de Minas e a nossa dificuldade de caixa e abandone o tecnicismo através de uma análise lógica e racional. As medidas tomadas pelo Governo mineiro realmente apontam para um ajuste fiscal. Com esse entendimento, percebe-se que a punição tende a forçar o ente da Federação a se ajustar. E, se esse é o nosso caso, por que a punição? Para dificultar?

Ou será que há outras intenções por trás disso? Não quero crer nessa hipótese. Em contabilidade, não se admite a mágica, existem golpes, como aconteceu nos EUA, para maquiagem a contabilidade das grandes empresas, um escândalo mundial. Mas, numa linguagem ética, moral, honesta e legal, não existe mágica. Para reequilibrarmos as contas de Minas, ou reduzimos despesas e aumentamos receitas, ou não há saída. O Estado de Minas não tem excesso de pessoal, as Polícias Civil e Militar estão com déficit de pessoal, assim com as áreas de educação, administração e saúde. Nosso problema não é o excesso de pessoal, mas o passado negro, uma herança negativa. Ou reduzimos despesas e crescemos, ou não há saída mágica, a menos que o Governo Federal socorra Minas. O desafio que o Governador assumiu, corajosamente, foi reduzir o déficit de R\$1.300.000.000,00 e ampliar a arrecadação em R\$1.000.000.000,00. É um desafio extremamente ousado fazer com que a máquina arrecade R\$1.000.000.000,00 a mais e gaste R\$1.300.000.000,00 a menos. E aí teríamos o equilíbrio de R\$2.300.000.000,00. A decisão do Governo foi transparente e ética ao determinar que o que está orçado para se gastar assim o será. Portanto, não haverá restos a pagar para o próximo ano. Entretanto, para fazer essa reforma, o Governo reduziu as 21 secretarias para apenas 15; cortou 1.800 cargos comissionados de recrutamento amplo; suspendeu as compras e contratações do Poder Executivo, que redundou numa economia de R\$100.000.000,00 nos primeiros 100 dias. Essas medidas permitiram que, de janeiro a março, o Estado operasse sem déficit mensal. Além desse esforço, em áreas prioritárias, como saúde, educação e defesa social, o Governo investiu mais que no passado, perto de R\$40.000.000,00 para os 16 itens da segurança pública entre recursos do Tesouro Estadual e da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Na área de educação, o combustível para o transporte escolar é um exemplo de melhor redistribuição e alocação dos recursos. Minas Gerais já ocupou o primeiro lugar em educação no País, mas caiu para o quarto lugar.

Não é que alguém tenha melhorado; nós é que pioramos. O desafio do Governador Aécio é recolocar Minas Gerais no primeiro lugar em educação no País. Para isso, há esforço para resolver a questão do transporte escolar, fundamental para as Prefeituras do interior, reformar os prédios onde são ministradas as aulas, enfim melhorar a qualidade da educação.

Há os projetos de qualificação e de bolsas para os professores. Com a nova exigência da LDB, a área de educação não foi prejudicada, pelo contrário, há maior incentivo para as áreas mais fragilizadas, as quais queremos recuperar. Aumentou-se o gasto na área de segurança pública, porque é fundamental e necessário, e na saúde, da mesma forma.

Percebe-se que o Governo empreendeu esforços para fazer ajuste fiscal, sem descuidar das áreas fundamentais que a sociedade reclama e das regiões onde a há maior população carente, como o vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas, inclusive com a criação de secretaria extraordinária para cuidar daquela região.

Há grandes desafios, e o Governador Aécio Neves está enfrentando-os. Na verdade, ao contrário do que foi trazido a esta tribuna, semana passada, estamos percebendo coerência desse Governo, de querer dar ao povo mineiro aquilo que precisa, mas, ao mesmo tempo, fazer ajustes, reduzir o déficit de R\$2.300.000.000,00, ir a Brasília pedir ao Ministro Palocci - muito parecido com o Malan -, para não reter os recursos do Estado, de R\$24.000.000,00, que gerará muitos benefícios neste momento de crise. Aliado a isso, o Governo busca recursos internacionais e tenta atrair indústrias para o Estado.

Estive recentemente com o Secretário Brumer, que me mostrou o plano de desenvolvimento de Minas Gerais, extremamente consistente e ousado, tanto para o turismo como na busca de novos investimentos, na geração de energia, resgatando um espaço que estava perdido, principalmente na questão do DAS.

O Governo trabalha, corajosamente, enfrentando os problemas, mas não há mágicas. Temos de cortar R\$2.300.000.000,00, e cortaremos. Busca justiça social, 83% dos restos a pagar são de microempresas e pequenas empresas. Vai pagar a todos, restando apenas 17% de

credores, com os quais será feita renegociação e, certamente, receberão.

Esperávamos fazer um debate, mas teremos outros momentos para estabelecê-lo. Parabéns, Governador, pela coragem e coerência com que está conduzindo as questões de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, hoje não venho falar como membro de partido; como policial que, com muito orgulho, sou; tampouco venho bradar indignadamente contra um apanhado de traficantes da Néelson Hungria que fazem dessa penitenciária o que querem. Não! Hoje, sinto-me na obrigação de falar do alto da minha condição basilar de cidadão que cumpre as leis e espera que os outros também as cumpram, para que a vivência em sociedade não se renda à ordem do mais forte. Como cidadão, a cada dia estou mais preocupado.

No frigidar dos ovos, para mim, que me coloco na condição pura e direta de cidadão, segurança pública é um sentimento de maior ou menor confiança, em que meus direitos, minha vida, meu patrimônio, meus filhos, os direitos do vizinho, os do pipoqueiro da esquina e de quem quer que seja serão respeitados.

O respeito advém quase que implicitamente dessa confiança compartilhada. Por essa razão tão simples e internalizada no nosso cotidiano, amanheço cada vez mais preocupado. O cálculo das mortes no Brasil, ocasionadas pelo avanço da criminalidade violenta, ultrapassou a conta das mortes causadas por inúmeras guerras. A cada ano morrem mais brasileiros por conta da violência cotidiana do que a guerrilha colombiana consegue matar. Pais e mães de família, jovens, idosos, crianças, ninguém está a salvo da mira dessa guerra, que banaliza na figura das chacinas por atacado nos finais de semana.

Preocupo-me, porque a falta de paz que a criminalidade violenta nos causa não é expectativa de terminar no curto ou no médio prazo como a guerra, mas torna-se uma constante em nossas vidas. Ao nos acostumarmos com ela, perdemos nossas forças e esperanças de uma convivência possível perante a lei do mais forte.

Portanto, quem é mais forte hoje? Quem detém o uso da força para realizar o interesse público? Chego ao ponto central da minha crescente preocupação. O fato de o poder público ter sido afrontado direta e mortalmente – no sentido mais literal da expressão – pela criminalidade organizada no Brasil, nos últimos dez anos, era para nos deixar profundamente perturbados.

Atrás das mortes do Prefeito Celso Daniel, de Santo André, SP; do Prefeito Toninho, do PT de Campinas, SP; do Promotor Francisco José Lins do Rêgo, em Belo Horizonte; do Juiz paulista, em Presidente Prudente, SP; do Juiz carioca, em Vila Velha, ES; recentemente de sete policiais estaduais em Minas Gerais e de tantas autoridades públicas, estão não apenas os indivíduos, com suas vidas privadas, mas também a figura abstrata, extremamente relevante, de que há quem faça a lei ser cumprida. O lado da guerra contra a criminalidade organizada, de quem se expõe na ponta da linha e faz a lei ser cumprida, para garantir a segurança da coletividade, está sendo fragilizado.

A Comissão de Segurança Pública estava investigando a fuga de presos na Penitenciária Nelson Hungria. Nessa última semana, quando veio a notícia de que eu e o Deputado Rogério Correia estávamos sendo ameaçados de morte por um traficante, pareceu-me absurdo descobrir que o Estado que tenta restaurar a regularidade no cumprimento da lei sofre ameaças e é atacado brutalmente.

Para os detentos, na penitenciária, terem acesso a piscina, DVD, forno de microondas, celulares, prostitutas, drogas, "freezers", bebidas, armas e outros; para chegar ao fato de haver um detento que é dono de mercearia dentro de um pavilhão; para os detentos controlarem quem entra e quem sai, vive e morre dentro da carceragem; convocarem prostitutas para uma boate em que são feitos "strip-teases"; fazerem churrascos quando quiserem; fugirem quando julgarem conveniente; arrecadarem recursos e drogas em prol da cabeça de Deputados; para tudo isso e muito mais acontecer, alguém de dentro do Estado, que não cumpre a lei nem atende ao interesse público, tem de estar envolvido.

A luta é desigual, cheia de artimanhas e extremamente difícil. Todos os dias a pergunta de quem é mais forte é repetida – se a bandidagem, incluídos aí os agentes públicos que se corromperam, ou o Estado, que se volta para proteger toda a sociedade –, e o esforço tem de ser redobrado, porque o moral das tropas policiais, dos Promotores, dos Juizes, dos Deputados, dos Prefeitos, dos Agentes Penitenciários que estão nessa batalha fica fragilizado.

Para pensarmos em caminhos por onde trilharmos, volto a falar na confiança que interfere e propicia a existência da segurança pública. Dessa forma, cito o exemplo da morte de cerca de sete policiais, nos últimos dois meses, ocorridas em Minas Gerais. É importante refletir que são sete casos, mas, mesmo que fosse um só, ainda assim representaria uma ruptura inaceitável na credibilidade da estrutura da segurança pública estadual; seja porque afeta direta e brutalmente o moral das tropas, que já não se arriscarão para cuidar da coletividade, se os crimes não forem rapidamente apurados e punidos; seja porque é a própria sociedade quem começa a questionar: se a criminalidade já está afrontando a vida dos próprios policiais e Bombeiros, quanto mais e com que maior facilidade essa mesma criminalidade não o fará em relação à vida do cidadão comum...

A bem da verdade, a morte de qualquer cidadão deveria ensejar uma movimentação de monta no aparato institucional, e a essa morte deveria ser dada uma resposta rápida e eficaz de que não se fica impune no País. Imaginem o que significa para toda a sociedade mineira o fato de estarem sendo mortos e ameaçados de morte tantos agentes públicos, em virtude de os delinquentes terem iniciado um processo de embate direto com os representantes das instituições de segurança pública no Estado.

O risco que estamos correndo, ao não tomarmos medidas enérgicas em relação ao avanço e a ousadia da criminalidade contra os principais responsáveis pela manutenção da ordem pública, é abrimos espaço para os que se encontram ao lado da ilegalidade e da ruptura com o direito de instaurarem a lógica do terror, hoje vigente no Estado do Rio de Janeiro. Sem querer fazer nenhum juízo de valor a respeito das medidas que foram ou deixaram de ser tomadas nesse Estado, venho dizer que, como cidadão, como policial, como Deputado, como Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Assembléia e, o mais importante, como pai de família, sinto-me na obrigação de pôr em curso o aparato estatal para dar a resposta rápida e eficaz que a sociedade espera: em Minas não se vive, nem se pode aceitar que se viva sob o signo da impunidade!

Se não agirmos tão pronta e eficazmente como fizemos por ocasião da morte do Promotor Francisco José Lins do Rêgo Santos, creio que seguiremos, como já estamos fazendo hoje, a contar mortes a mais e credibilidade a menos. Aliás, mesmo sabendo que o aludido Promotor foi uma voz calada à força, a minha voz persistirá, porque, se tenho conclamado, com o vigor que me é característico, a unir forças comigo os policiais militares, os Bombeiros, os policiais civis, os Agentes Penitenciários, os Deputados da Comissão de Segurança Pública, o Secretário da Defesa Social, as demais autoridades dessa Secretaria, a Polícia Federal, os Promotores, os Juizes e até o Governador, para cumprirmos a finalidade pública de resgatar a regularidade do cumprimento da lei, não é de forma alguma – como já foi insinuado levemente – para darmos vazão a um movimento justiceiro, fora da lei. Muito pelo contrário, convoco todos os que se interessam e os que têm o dever de zelar pela segurança pública em Minas a unir forças em prol do resgate da confiança do cidadão, pois quem respeitar o direito do outro terá o seu próprio direito respeitado. De outra forma, só nos restará, como já disse, a lei do mais forte.

A pergunta que fica, depois de todo esse pulso de alerta que faço à sociedade mineira, é a seguinte: "quantos mais terão de morrer

impunemente para vermos - como na Itália, ensangüentada pela morte de Juízes, Promotores e policiais - uma real modificação na forma de lidar com o avanço da criminalidade e das afrontas por ela cometida contra o poder público?".

Queira Deus e assim muito espero que não morra mais nenhum pai de família, o qual, pela força do dever de garantir a segurança da sociedade, torna-se o primeiro e maior alvo dos delinquentes. A cada cidadão, por fim, fica o meu sincero pedido de que nos movimentemos todos para que não morra em Minas mais nenhum pai de família por conta da nossa omissão perante o crime, que começa a se organizar até contra a própria sociedade e o Estado, que lhe possibilitam a existência.

Por fim, como não poderíamos deixar de tratar, a rebelião de ontem, que só findou na madrugada de hoje, seria irônica se não fosse trágica. Desde a fuga do dia 23 de março, vínhamos anunciando que uma tragédia dessas poderia ocorrer, uma vez que os detentos da Nelson Hungria continuavam a portar armas e celulares.

Debaixo de nossas vistas, a prática que vigora na penitenciária é aquela em que a diretoria, ou melhor, a ex-diretoria, finge que não vê as mordomias e as irregularidades no cumprimento da Lei de Execuções Penais. Os detentos fingem que não causam problemas, nem chamam a atenção da mídia para o andamento da vida dentro da carceragem.

O pacto irônico - hoje claramente trágico, até com pessoas em coma - é o que mantinha a Nelson Hungria sem rebeliões e sem conflitos, na medida em que eram os grandes traficantes que coordenavam a vida dos demais detentos e até dos Agentes Penitenciários. Diretoria e traficantes descumpriam a Lei de Execuções Penais para não chamar a atenção da mídia e da sociedade, em detrimento de qualquer razoabilidade e do respeito ao interesse público. Desde quando detentos podem instalar nas penitenciárias uma casa de lazer, o que a Nelson Hungria acabou se tornando, com piscinas, boates, churrascos e, pasmem, até "strip-tease"?

No modelo penal brasileiro constitucionalmente adotado, o sentenciado deve cumprir sua pena dentro de limites que lhe propiciem pagar pelo que cometeu, educar-se para não voltar a cometer os mesmos delitos e ressocializar-se. Particularmente no caso da Nelson Hungria, não poderíamos estar mais distante desse modelo normativo.

Os vícios do sistema estão a nos desafiar, para que uma reformulação séria e consistente possa ser levada a cabo. Por isso reconheço que a distribuição dos traficantes perigosos por diversas penitenciárias no interior do Estado já é um primeiro passo. Reconheço que necessitamos de mais pessoal, melhor capacitado e remunerado; que o Executivo precisa de nossa ajuda na aprovação do projeto do cadastramento de celulares pré-pagos; que o Estado precisa combater o crime com um competente sistema de informação; enfim, reconheço que, sem coordenação de todas as autoridades da área de segurança pública - e aqui não se trata de fazer a apologia das forças-tarefas para apagar fogo eventual, mesmo porque elas acabam com a mesma rapidez que a indignação da mídia -, sem uma coordenação permanente, não conseguiremos avançar muito além dessas nossas denúncias. É hora de trabalhar e muito. Façamos nossa parte e nos comprometamos com o sucesso do todo, eis o que lhes peço."

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputado Rêmo Aloise, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, inscrevi-me para falar sobretudo sobre dois assuntos: primeiro, para solicitar, num requerimento, que seja inscrita, nos anais desta Casa, a reportagem do jornal "Estado de Minas" referente às posições do Papa João Paulo II diante da Guerra do Iraque. Essa imagem do Papa, que fazemos questão de mostrar, realmente demonstra a dor desse grande líder, não só da Igreja Católica, mas agora de todo o mundo, que tem envidado todos os esforços, primeiramente para que não houvesse essa guerra e, agora, para que ela termine. Aliás, não é uma guerra, mas uma invasão. E, nesse jornal, do dia 3 de abril, o Papa tem uma fala profética. Ele diz: "Deus terá a última palavra". O Papa João Paulo II disse aos peregrinos, na Praça de São Pedro, que a história não está nas mãos das potências opressoras. E eu gostaria de ler essa breve mensagem, porque, como disse, faço questão que esteja registrada nesta Casa, porque são palavras proféticas. Nós também acreditamos e temos a certeza de que, pela fé, os opressores cairão. Acreditamos que teremos um mundo em que haja justiça, em que não existam opressores nem oprimidos, em que reine a paz alicerçada na justiça. (- Lê:)

"O Papa João Paulo II disse ontem aos fiéis presentes à tradicional audiência pública das quartas-feiras, na Praça de São Pedro, que a história não está nas mãos do destino, do caos ou das potências opressoras, e os convocou a manter viva a esperança diante do mal, porque Deus, que é justo e forte, é que terá a última palavra.

O Pontífice, que em maio completará 83 anos e que nas últimas semanas parece ter recobrado o vigor físico e a voz firme para enfrentar a catástrofe da guerra que ameaça o mundo, procurou explicar aos católicos o silêncio de Deus, que pode ser fonte de perplexidade e até pode ser considerado escandaloso por aqueles que não o compreendem. Apesar de seu silêncio, Deus fará surgir um mundo novo, uma era de liberdade, de saúde e abrirá os olhos dos que não vêem. Utilizou em seu sermão palavras do Profeta Isaías, para transmitir esperança à humanidade e aos cristãos em particular, no 14º dia da Guerra do Iraque.

João Paulo II propôs uma meditação sobre o cântico em que o Profeta Isaías se refere ao silêncio de Deus. O profeta nos torna conscientes de que, mesmo quando Deus parece calar diante da opressão, da injustiça ou outra forma de mal que acomete o homem, não deixa de amá-lo e sai em sua ajuda, sempre, se o homem se dirige a ele com confiança. Suas últimas palavras foram ditas em polonês para peregrinos da sua terra natal.

Pesaroso pelas imagens de destruição que têm chegado nestes dias do Golfo Pérsico e pelas vítimas inocentes do conflito, João Paulo II havia implorado ontem, novamente, em favor da paz.

O Vaticano se mostra fortemente crítico não só em relação à guerra, mas também em relação à liderança iraquiana exercida por Saddam Hussein, ao qual também responsabiliza por não ter facilitado uma solução diplomática para o conflito. A Igreja Católica teme que a guerra gere um choque de religiões e acabe por converter um ditador sem escrúpulos em herói, disse o jesuíta Pe. Borromeo, que dirige a Rádio Vaticano.

A diplomacia do Vaticano que, apesar de seus esforços, não conseguiu impedir o início do conflito, continua preocupada com o cenário do pós-guerra, com as relações com os países árabes e com o futuro institucional do Iraque. A Santa Sé considera indispensável entabular novas e mais construtivas relações com os países árabes e ajudar os povos mais pobres para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, disse o Cardeal Camillo Ruini. Essa, segundo o cardeal, é a única maneira de favorecer, de modo pacífico, o desenvolvimento de processos de democratização nas nações oprimidas pelas ditaduras, acrescentou o prelado."

Solicitamos que fique registrada, nesta Casa, para a posteridade, a profecia de que nações opressoras não serão vitoriosas. Muitos países e potências caíram durante a história da humanidade. Com certeza, isso se repetirá.

Acreditamos que poderemos ter novos céus e terras construídos com base na justiça, na fraternidade. É momento de sofrimento, mas não podemos perder a esperança.

O Papa João Paulo II tem sido presença de esperança, e não só de palavra. Precisamos construir justiça em nosso meio, no País, na Nação, para que haja justiça, paz e fraternidade quando cessar a guerra.

O Deputado Rogério Correia, Líder do nosso bloco, e o Deputado Sargento Rodrigues têm demonstrado coragem e competência para acompanhar a situação carcerária no País. O Deputado Weliton Prado esteve recentemente na Argentina e viu que, mesmo com a crise que o país atravessa, o sistema penitenciário é mais avançado. Precisamos aproveitar a situação de conflito para solucionar o problema.

Queremos encaminhar requerimento com assinatura da grande maioria, se não de todos os Deputados, ao Sr. Nilmário Miranda, para que ações imediatas e concretas do Governo Federal, dos municípios e dos Estados sejam tomadas. A solução não é complexa, mas é urgente.

Gostaria de reforçar o que disse V. Exa. sobre o fato de a Mesa estar tomando providências. Espero que o Governo do Estado tome providências, não permitindo que haja perda do controle da situação, que vidas sejam riscadas e que haja mortes, como tem havido.

Queremos somar esforços e solicitar que esta Casa não permita que medidas sejam proteladas. Solicitamos aos governantes estaduais que orientações dos experientes na área sejam seguidas e que vidas sejam respeitadas.

O Deputado André Quintão (em aparte)- Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Parabeno-a pelo seu pronunciamento, em que expõe de forma muito explícita e sincera o nosso acordo, a nossa adesão às reflexões e aos princípios levantados pelo Papa João Paulo II, com relação a essa barbárie, essa invasão estúpida feita pelos Estados Unidos.

Lembro, também, que alguns episódios têm extrapolado os limites, as regras e as convenções internacionais, porque até em momentos de guerra existem acordos, espaços de negociação e determinadas regras de comportamento, como as de não se admitirem procedimentos que ultrapassem o respeito humanitário, de se garantir a cobertura jornalística, a fim de que a população tome conhecimento dos fatos ocorridos nos espaços de conflito bélico. Nas últimas horas, estamos presenciando a morte de jornalistas, que estão no exercício do seu trabalho profissional, vinculados ao livre exercício de divulgação das notícias. É o direito ao livre exercício profissional. Ficamos muito chocados com isso. No entanto, os representantes dos Estados Unidos, como resposta, dizem que estão numa guerra. Mas, mesmo na guerra, o direito à cobertura jornalística deve ser preservado. Manifesto a minha solidariedade aos trabalhadores, que, de certa maneira, fazem a cobertura desses momentos de guerra. Preferimos a paz permanente. Mas, enquanto isso não ocorre, como tanto deseja o Papa João Paulo II, esperamos que o direito básico dos profissionais seja respeitado. Daqui a pouco, bombardearão a Cruz Vermelha e dirão que isso é normal, porque estão em guerra e querem depor Saddam Hussein.

Deputada Maria Tereza Lara, também manifesto irrestrita solidariedade aos Deputados Rogério Correia, Líder da nossa bancada, e Sargento Rodrigues, que, na Comissão de Segurança Pública, têm feito um trabalho muito sério e digno. Reitero que o Presidente desta reunião, Deputado Rêmoló Aloise, está tomando as providências da Mesa junto ao Governo do Estado. Ao discutirmos tais ameaças, discutimos não apenas a questão pessoal, a preservação de vidas humanas, mas também a defesa e o fortalecimento do Legislativo Estadual. A atitude séria e digna dos Deputados Sargento Rodrigues e Rogério Correia está motivando essa reação em cadeia, essas ameaças e ataques, ou seja, o Poder Legislativo está cumprindo seu papel. As ameaças, portanto, não estão sendo dirigidas somente a parlamentares, mas ao livre exercício da atividade legislativa no Estado. Infelizmente, no Brasil, costumamos colocar a tranca depois de a porta ser arrombada. Os Deputados têm conhecimento das medidas que podem e devem ser tomadas. Não é o caso de serem explicitadas publicamente, mas várias medidas já poderiam estar sendo tomadas pelo Governador e pelo sistema de segurança pública, a fim de preservar não só a integridade física dos parlamentares, mas também a independência, a autonomia e o livre exercício da atividade parlamentar.

Cumprimento-a também, Deputada Maria Tereza Lara, por seu brilhante pronunciamento, tratando de questões importantes para Minas Gerais e o mundo.

A Deputada Maria Tereza Lara - Obrigada, Deputado André Quintão. Reafirmo o meu apelo ao Governador, a fim de que medidas urgentes sejam tomadas e possamos sair desse caos em que se encontra o sistema penitenciário de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Agradecemos V. Exa. e o Deputado André Quintão pelas palavras de apoio. Trata-se de situação difícil. Precisamos continuar nosso trabalho, apesar dos perigos que envolvem determinadas investigações. Hoje pela manhã tivemos a oportunidade de fazer discussão pormenorizada sobre o problema da segurança pública, especialmente no que se refere às penitenciárias mineiras, que, aliás, refletem a dificuldade de todo o País. Por força da própria pressão existente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fatos semelhantes aos de lá começam a acontecer nas nossas penitenciárias. No caso da Nelson Hungria, vimos uma facção do crime organizado tomando literalmente o presídio e exercendo seu poderio internamente, através de celulares e outros instrumentos, e externamente, comandando suas forças do lado de fora.

A Comissão de Segurança Pública começou seus trabalhos praticamente neste ano, apesar de, no ano passado, ter sido criada e ter realizado sua primeira reunião. Tenho a certeza de que muito contribuirá para a construção de uma política de segurança pública para Minas, visto que não a temos. Com relação ao sistema prisional, ocorre o mesmo, é caótico e precisa de reformulações. É o que buscamos.

Infelizmente, nas denúncias recebidas, passamos por percalços e recebemos ameaças. Agradeço, pois, a solidariedade da Deputada, dos meus colegas de bancada e dos demais parlamentares. Hoje o Deputado Rêmoló Aloise levou essa discussão à Mesa. Esperamos que o Governador possa inteirar-se desse problema, que é real. Precisamos que a Secretaria de Defesa Social, a Subsecretaria de Administração Penitenciária e a Polícia Civil, através do Dr. Otto, nos dêem cobertura para continuarmos desenvolvendo nossas atividades, ajudando a melhorar o sistema de segurança em nosso Estado.

Quanto à guerra no Golfo Pérsico, assunto abordado por V. Exa. no início do seu pronunciamento, sabemos que os EUA justificam o ataque alegando a existência de armas químicas de destruição em massa no Iraque, acreditando que sua intervenção evitará o alastramento do terrorismo. O poderio militar norte-americano tem supremacia absoluta. Se juntarmos todos os países do mundo, não chegaremos perto de sua força bélica. Fazem um verdadeiro massacre no Iraque, buscando destituir um regime que não nos cabe defender, o que não significa que possam julgar regimes existentes e exigir instituição de outros. As armas químicas não apareceram. Caso isso aconteça, ninguém acreditará que estavam nas mãos de Saddam Hussein, e poderemos, inclusive, supor que tenham carimbo "made in usa". Fabricadas no Iraque é que não seriam, senão já teriam aparecido.

Ontem as imagens de um garoto iraquiano de 12 anos, com os braços mutilados e o corpo queimado, dizendo que não poderia mais realizar seu desejo de ser médico porque perdera as mãos, reforçam nossa necessidade de repudiar ações desse tipo. A imprensa sofreu esse bombardeio, denunciou, mas a imagem do menino chocou o mundo; infelizmente não foi capaz de chocar o império americano, em especial o Presidente Bush, mas deixa claro que é necessário repudiar esse tipo de atitude e agressão que os EUA prometem repetir quando e onde julgarem necessário. Por isso parabeno V. Exa. por não desistir de abordar esse assunto. Não podemos assumir como algo comum o tipo de massacre feito contra os iraquianos. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Muito obrigada, Deputado Rogério Correia. Gostaria de registrar que os jornais publicaram a morte de, no

mínimo, 12 jornalistas. Além de toda essa situação com civis, crianças, mulheres e idosos, há a imprensa do mundo inteiro indignada com essa situação, que repudiamos. Serão vozes que irão clamar mais alto contra o poderio bélico dos EUA e essa opressão que não admitimos mais em pleno século XXI.

Para encerrar, gostaria de mencionar outro assunto, que iniciei em aparte a um Deputado desta Casa. Estivemos em Divinópolis sexta-feira passada, com o objetivo de visitar a unidade federal do CEFET, pois tínhamos informações de que estava sendo suspenso um convênio com aquela casa de ensino. É inegável a importância do CEFET não só para Divinópolis, mas para toda a região Centro-Oeste. Essa escola conta, atualmente, com cursos de eletromecânica, calçados e vestuário, e com projetos de expansão para metalurgia, informática, construção civil e eletroeletrônica. Hoje, por iniciativa do seu Diretor, Prof. Josias, haverá, às 19h30min, uma reunião entre lideranças locais, ligadas à Igreja, ao poder público e a movimentos sociais organizados, e Vereadores, com o objetivo de elaborar um documento em defesa do CEFET que será entregue ao Secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, no próximo dia 5 de abril, com nossa presença e de outros líderes políticos. Registro a iniciativa do Vereador Manuel Cordeiro, do PT de Divinópolis, que apresentou na Câmara Municipal requerimento aprovado por unanimidade, em defesa do CEFET. O Governo Federal é do PT, em coligação com vários outros partidos. É um Governo que defendemos e elegemos, mas sempre defendemos a mobilização popular. E não será porque o Governo é nosso que não defenderemos essa mobilização. O povo organizado tem todo o apoio deste Governo, para mostrar quais são as verdadeiras prioridades, como acontece com o Orçamento Participativo e os conselhos. Estaremos ao lado desses movimentos organizados, e não só para defender o CEFET de Divinópolis, pois temos mais seis unidades dessa escola em Minas Gerais.

O próprio Governo Federal abriu as portas e solicitou aos movimentos organizados e à população brasileira ajuda para governar, para que tenhamos não só democracia representativa, mas também atuante, direta, em que o povo aponte as verdadeiras prioridades.

Sabemos que a suspensão dos convênios é temporária, até para que sejam estabelecidas as verdadeiras prioridades. Muitas unidades não são públicas, são privadas, mas têm o direito de reivindicar esses recursos. Sabemos também que, no Brasil, temos de investir prioritariamente na rede pública, seja municipal, estadual ou federal, porque precisamos atender as camadas sociais que mais precisam de educação e estão excluídas. Muitas vezes, os critérios de ingresso na universidade pública privilegiam os que já possuem recursos financeiros para pagar a universidade.

Queremos somar forças às lideranças do Estado, que defendem a escola pública, e aos Deputados, para buscar solução para o caso do CEFET de Divinópolis. Tomamos a decisão de entrar com requerimento na Comissão de Educação para discutir a questão dos recursos para a construção do prédio do CEFET, necessária para ampliação dessa escola.

Visitamos na UNEST, ligada à UEMG, o Prof. Gilson. Esta é uma universidade estadual, mas, por enquanto só no nome. Precisamos dar passos concretos em defesa da UEMG. Trata-se de uma luta suprapartidária, para que os nossos jovens possam ter direito à universidade. Vários Deputados mencionam que a grande demanda nos gabinetes é não só por vagas, mas por bolsas de estudo nas universidades. Temos de somar esforços para termos universidade pública e gratuita; e se não a podemos ter de imediato, que seja um processo gradativo, em que consigamos recursos para bolsas parciais até chegarmos ao ideal.

Visitamos também os companheiros da Renovação Carismática, que fazem importante trabalho de recuperação de dependentes químicos, na comunidade Casa, Esperança e Vida; e também o CAIC, no Bairro Serra Verde, onde conhecemos o Projeto da Associação Comunitária Esporte, Lazer, Arte e Cultura - ASSELAR -, e o maravilhoso trabalho de esporte e lazer, realizado por voluntários com os jovens, que evita sua ida para o crime ou para as drogas e lhes proporciona momentos de lazer e recuperação.

Falamos, na Rádio FM 88.5, sobre o momento que vivemos e o nosso desejo de nos unir ao povo de Minas Gerais e do Brasil para construir uma Nação onde haja, de fato, respeito a nossa soberania. Para isso, fazem-se necessários investimentos na saúde, educação e construção da cidadania. Esses objetivos têm pautado nossa caminhada.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço a Deputada Maria Tereza Lara pelo aparte. Fico feliz de estarmos juntos nesta luta pelo CEFET, UEMG e por outras questões que beneficiam Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro, Minas Gerais e o Brasil.

As questões da educação não podem ser tratadas como causa isolada de um partido. Há uma situação muito positiva para que possamos trabalhar juntos, deixando as divergências partidárias de lado. Por exemplo, o fato de termos pontualmente, em Divinópolis, uma causa, exigindo-nos grande esforço e sensibilização das autoridades estaduais, que é a relativa à UEMG, para a qual fico feliz que haja também disposição de V. Exa. Certamente, teremos fantástica ajuda não só de V. Exa. como também de sua irmã, Deputada Federal Maria do Carmo, como hoje manifestamos na tribuna, à causa do CEFET.

O CEFET de Divinópolis é uma realidade, produzindo frutos maravilhosos. Certamente, não pode ser prejudicado por situação de transição de Governo. Naturalmente, compreendo que se tenha de rever alguns projetos, porém não generalizando as coisas.

Quero ressaltar a alegria de trabalhar com muitas pessoas, como o Secretário Manoel Cordeiro, com quem V. Exa. diz ter visitado o CEFET, que são figuras valorosas, sabem do nosso empenho por essa causa e lutam para construção da sede do CEFET. Trabalharam ao meu lado durante muitos anos, ajudando de maneira indireta com recursos do município, para que a unidade pudesse se fortalecer e, hoje, formar tantos alunos no Centro-Oeste mineiro.

Nós, que protocolamos e formulamos esse requerimento, queremos ter a assinatura de todos os Deputados. Colocamo-nos à disposição para somar, com V. Exa., em requerimentos, visitas, enfim, em toda essa luta para que Divinópolis, ou seja, a educação no Centro-Oeste mineiro não seja prejudicada em razão da transição de Governo. Espero que a sede do CEFET seja construída e estejamos juntos na luta em defesa da UEMG, da construção de uma Minas Gerais e um País melhor.

Foi com essa motivação e espírito que viemos para esta Casa. Tenho grande respeito por V. Exa., pela sua história de vida e de trabalho que a credencia muito bem para desempenhar grande papel. Principalmente num momento como este, evidente para o cidadão brasileiro mais humilde. Minas Gerais já passou por experiências muito negativas, com disputas entre Governo Federal e Estadual por nada. É hora de somarmos, estender a mão, ter aberto o nosso coração, para conseguirmos viabilizar as causas, os sonhos, pelos quais a população nos elegeu, trazendo-nos a esta Casa. É evidente que temos divergências partidárias e enfrentaremos disputas eleitorais em outros momentos. Porém, as causas da educação, segurança, geração de empregos são razões que devem nos unir.

Nós, em Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro, estamos de coração e braços abertos para receber o apoio, a ajuda de V. Exa. e de toda a Bancada do PT, estadual e federal, a fim de tornar o CEFET realidade. Muito obrigado, Deputada.

A Deputada Maria Tereza Lara - Agradeço o aparte do Deputado Domingos Sávio. Sei de seu grandioso trabalho como Prefeito e de seu compromisso com a região. Certamente, a nossa presença tem esse objetivo. A disputa se dá num momento eleitoral, mas, a partir do momento em que fomos eleitos pela comunidade, temos maior compromisso com os principais objetivos deste povo.

Não podemos deixar que divergências ideológicas ou partidárias impeçam o povo mineiro de receber ajuda e apoios necessários. Temos, neste momento, um tempo realmente importante, e tenho certeza de que os mineiros serão beneficiados com as políticas públicas do Governo Federal, porque esse é o seu compromisso. O Governo Lula foi eleito com o objetivo de inverter prioridades, de tomar medidas necessárias para que, depois, possa haver recursos, e para que o povo brasileiro possa ter seus direitos garantidos. E um dos direitos prioritários, certamente, é o direito à educação. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, prezados colegas, telespectadores da TV Assembléia, não poderia iniciar sem fazer coro com os demais parlamentares no que diz respeito às ameaças sofridas pelos integrantes da Comissão de Segurança Pública, instalada nesta legislatura, embora sua criação tenha se dado na legislatura passada, que representa avanço constitucional bastante significativo. Esse avanço configura-se justamente na reação do crime organizado e como consequência do trabalho desenvolvido pelos seus parlamentares. A reação dos bandidos, vamos assim dizer, reforça e reafirma o acerto desta Assembléia na constituição dessa Comissão.

Tenho plena certeza de que a Mesa, como sempre fez em episódios semelhantes, dará a cobertura necessária e de acordo com o rigor legal para que os Deputados possam executar o seu trabalho com tranquilidade e segurança, não apenas do parlamentar, mas do trabalho, da representação popular, que precisa estar bem alicerçada para poder cumprir a sua finalidade. No caso específico da Comissão, trata-se de enfrentar os desafios colocados à sua frente e de construir sugestões alternativas para que todos possamos enfrentar o grave problema da segurança, hoje instalado em todo o Brasil.

Também não poderia deixar de registrar, antes de iniciar a minha fala, um fato que muito nos alegra, integrantes que somos da Bancada do PSDB. Na condição de Líder da Bancada e do BPSB, saúdo os novos colegas que ingressam no PSDB: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Olinto Godinho, Luiz Fernando Faria e Bonifácio Mourão. Alguns já se filiaram, e outros, com a decisão de integrar o partido já tomada, estão construindo sua caminhada democrática e partidária. Em nome do PSDB e do Bloco, saudamos e desejamos boas-vindas a esses colegas, que continuarão a trabalhar pelo desenvolvimento do Estado, como sempre fizeram nesta Casa, e a apoiar as iniciativas pioneiras do Governador Aécio Neves, neste momento em que Minas vive graves dificuldades.

Estaremos completando, amanhã, 100 dias de Governo, 100 dias da administração Aécio Neves. É preciso fixar, pelo menos em leitura bem objetiva, três aspectos que consideramos importante destacar nesses pouco mais de três meses de Governo.

Primeiro, as ações no campo administrativo, com a reforma implementada pelo Governador Aécio Neves, já no início do seu Governo. No entanto, mesmo antes da posse, o Governador eleito, sem perder tempo, já desenhava os contornos dessa providência. Solicitou ao então Governador Itamar Franco que encaminhasse o projeto à Assembléia para que tramitasse mais rapidamente. Assim, ao ser empossado, estaria de posse também da delegação de poderes desta Casa para realizar com maior rapidez essa reforma. Não é preciso dizer que o formato do poder público, sobretudo da máquina administrativa - aí não me refiro apenas ao Governo Estadual ou Federal, mas também ao Municipal e a todo o setor público - se encontra em estado de exaustão. A nossa organização estatal é ultrapassada, retrógrada, lenta, não consegue enfrentar os desafios colocados à sua frente com rapidez, energia e eficiência. Essa reforma administrativa vem tentar, pelo menos naquilo que é possível na ótica do Governador Aécio Neves, fazer o máximo dentro do espaço restrito, porque a nossa legislação estadual não permite um desenho mais arrojado em virtude do engessamento constitucional federal. Vivemos em uma Federação engessada pela Constituição Federal. Mas temos espaço para agir, e dentro desse espaço o Governador, para não perder tempo, agiu com determinação e implementou uma reforma ousada, diminuindo o número de Secretarias, de órgãos e redesenhando a vinculação de órgãos da administração indireta a outras Secretarias, de modo a dar um perfil mais moderno, atual, eficiente e ágil ao Governo do Estado. Não que essa reforma, por si só, significasse a economia e o enxugamento necessário para fazer frente ao enorme déficit público. É lógico que, ao enxugar a máquina, contribui também para a diminuição das despesas, mas o grande objetivo dessa reforma é justamente dotar o Estado de condições práticas e administrativas para enfrentar o grande problema social, educacional, da segurança, das estradas do nosso Estado, da saúde pública, enfim, os grandes problemas que afetam os mais variados setores da sociedade. De modo que a reforma teve o mérito de procurar dar ao novo governante instrumentos para que possa implementar esse trabalho e iniciar, de fato, uma ação administrativa arrojada que lhe ofereça condições de enfrentar os problemas surgidos.

Outro aspecto importante é a questão financeira e orçamentária. Nos últimos anos Minas tem convivido com déficits astronômicos. O Estado tem gasto mais do que arrecada. Todo final de ano vem a história de o Governo não ter recursos para pagar o 13º salário. Isso já se tornou rotina na vida do servidor. Nos últimos anos essa história vem sempre à tona porque o Estado, administrando mal suas finanças e gastando mais do que tem, ao final do ano, na hora do fechamento das contas, provoca um enorme déficit e gera problemas para o funcionalismo, para os fornecedores do Estado que não recebem em dia, para os municípios que firmam convênios com o Estado, geram expectativa na sua comunidade com esses convênios e não recebem os recursos para implementar as obras contratadas. De modo que, nos últimos anos, a credibilidade do Estado tem sido abalada por falta de cumprimento e rigor nos seus compromissos.

Nesses 100 dias, o Governador Aécio Neves agiu de forma determinada, mostrando que Minas vive uma nova sistemática, um novo tempo. Essa história de orçamento virtual e mentiroso vai ter fim, a exemplo do que já ocorre na administração Aécio Neves. O corte implementado pelo Governador não foi, na verdade, de investimentos, porque não tirou dinheiro de lugar nenhum. Esse dinheiro não existia, porque era fruto de construção virtual, que colocava no orçamento, no papel, receita que não aconteceria. Previa-se receita enorme, que no final do ano não ocorreria.

Em cima dessa receita hipotética, mentirosa e virtual, o Estado, no passado, vinha assumindo compromissos. As pessoas de boa-fé acreditavam que o Estado estava assumindo compromissos com lastro financeiro para poder honrá-los. Na verdade, isso não vinha acontecendo. Então o Governador Aécio Neves, de forma muito clara, disse que o Estado vai gastar aquilo que tem para gastar. E o que estava no orçamento como figurativo, como invenção e mentira, o Governador expurgou com o corte que está implementando. Começou a dotar o Estado de instrumento orçamentário real e positivo.

Então, daqui em diante, vamos saber que qualquer fornecedor ou município que venha a firmar contrato e convênio com o Estado, terá, no momento da assinatura, a certeza de que o Estado vai honrar aquele compromisso. Se não houver recursos, não serão assumidos compromissos. É preciso um ato de coragem política administrativa.

Parabenizamos o Governador Aécio Neves por essa atitude real, verdadeira, positiva e sincera diante do povo mineiro, por essa postura que, muitas vezes, é incompreendida, mas que tem o seu mérito, porque o povo saberá reconhecer as ações responsáveis dos homens públicos mineiros e brasileiros, sobretudo neste momento de dificuldade por que passa a Nação.

Outro aspecto importante está no campo político. O Governador, como homem de origem política e de atuação parlamentar, tendo presidido, com muito brilhantismo, a Câmara Federal, iniciou seu Governo com ampla articulação política, de modo a dar ao Estado, ao seu Governo amplo apoio e base de sustentação que lhe possibilitem caminhar com mais rapidez e vigor em busca dos seus objetivos. Construiu na Assembléia uma base de sustentação sólida e consciente, que gira em torno de 60 parlamentares e vem lhe dando sustentação nessa fase inicial do Governo. Isso é fundamental para que possa ter a tranquilidade necessária para ousar. Esse Governo tem ousado, sem se utilizar da mídia e sem buscar destaque para suas ações.

Dentro dessas ações queremos destacar o plano de segurança lançado pelo Governador, sem dúvida um dos completos e abrangentes já apresentados por um governante em todo o País. Essa ação foi muito elogiada até no plano federal. Muitas dessas ações serviram de modelo de

inspiração para ações federais e aconselhamento em outros Estados. Para quem espera ação de impacto, provocando a sensação de que a segurança em 24 horas será um problema resolvido em 24 horas, para esses que muitas vezes querem um apelo demagógico esse plano não servirá. Trata-se de um plano que contém ações de curto prazo, com efeito imediato, mas tem ações de médio e longo prazo. É um plano articulado.

Nessa sistemática, colheremos frutos positivos contra o crime organizado, contra a insegurança. Haverá incentivo às Polícias Militar e Civil, possibilidade de todos os órgãos e setores da Administração apresentarem à sociedade ganhos palpáveis, não apenas manchetes de jornais.

Parabéns ao Governador, que, de forma articulada, lançou o plano de segurança. Estabeleceu datas e metas para que as etapas possam ser cumpridas.

Diante do balanço dos 100 dias do Governo Aécio Neves, cito alguns problemas mais da ótica política que administrativa, econômica e financeira. Trata-se dos bloqueios impostos a Minas pelo Governo Federal, que não quer resolver o problema a favor das finanças do Estado. Entendemos ser a questão política, porque Minas faz o dever de casa de maneira clara. Aécio Neves reduziu despesas em mais de R\$1.000.000.000,00 para fazer um Governo moldado em um orçamento real, factível, gastando apenas o que arrecada. Enxugando a máquina com enorme esforço, honra os compromissos assumidos. Todavia encontra, na contramão, o bloqueio de verbas e palavras desanimadoras. Minas busca o equilíbrio fiscal, segue à risca as determinações, sacrifica e corta gastos, e o Governo Federal, em vez de incentivar, de propor, por exemplo, uma carta de intenções com prazo estipulado para atingir metas, não estabelece nenhuma possibilidade. O Governo Federal apenas diz: "Enquanto não estiver adimplente e rigorosamente em dia, nos parâmetros federais, Minas não terá nada", decisão eminentemente política. Existem instrumentos legais e administrativos dos quais o Governo Federal pode dispor para aliviar, incentivar e apoiar a boa ação administrativa do Governo Estadual. Não entendemos esses bloqueios, em torno de R\$6.000.000,00. Na próxima sexta-feira serão R\$24.000.000,00 bloqueados. O Governo Federal nega-se a dar o aval para que Minas receba recursos do Banco Mundial, da ordem de US\$70.000.000,00, destinados à aplicação no Programa de Apoio aos Pequenos Produtores, PAPP 2, dirigido ao Jequitinhonha e ao Norte de Minas.

Esses recursos estão à disposição de Minas; foram planejados, conquistados e precisam apenas do aval do Governo Federal, que sabe ser tranqüilo, já que Minas, nesses 100 dias, vem cumprindo à risca as determinações federais, em busca do seu equilíbrio fiscal, e tem condições de honrar esses compromissos. Entretanto, o Governo Federal vem fazendo corpo mole, dificultando e fazendo com que Minas possa perder esse momento e, conseqüentemente, essas verbas, que estão destinadas a uma região carente do Estado.

Neste momento, queremos aproveitar o clima positivo gerado pelo esforço do parlamento. É importante que a Oposição faça seu trabalho, fiscalizando, criticando e apresentando alternativas. Essa tem sido a linha do PT e do bloco que integra. É uma linha positiva por apresentarem suas críticas e suas alternativas, sem, entretanto, criarem obstáculos para a boa ação administrativa.

Por isso, fazemos um apelo à Bancada do PT, Partido do Presidente da República, para que, como parcela integrante do Estado e representativa do povo mineiro, ajude-nos e ao Governador, não a suspender os bloqueios do seu Governo, mas os que prejudicam Minas Gerais e seu povo. Ajudem o Governador Aécio Neves, no seu contato com o Presidente da República, a conseguir o aval para que os US\$70.000.000,00 possam chegar ao Jequitinhonha e ao Norte de Minas.

Peço que nos apoiem nessa tarefa, porque, obviamente, sendo uma construção política, aqueles que estão mais próximos do governante têm mais acesso, facilidade e maior credibilidade para fazer os encaminhamentos.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, acompanhando seu pronunciamento e já entrando no assunto da avaliação inicial dos primeiros dias do Governo Aécio, gostaria de registrar, que valem, tanto para esse Governo e o de Lula quanto para qualquer governo, acompanhamento e prudência em relação às primeiras medidas e iniciativas, às heranças encontradas.

Na condição de Partido de oposição não vamos cobrar, de uma vez só, todas as promessas de campanha. Algumas poderiam estar melhor encaminhadas, como é o caso do plano de carreira para a área de educação. Esse é um compromisso desta Assembléia Legislativa e do Governador Aécio Neves, pois sabemos da importância da valorização dos trabalhadores da educação para o sistema estadual de educação e também das dificuldades financeiras do Estado. Entretanto, o servidor não pode ser penalizado, nem a educação. Esse é um assunto importante, e a Assembléia, junto com o Governo do Estado, deve dar-lhe encaminhamento mais ágil, para podermos sinalizar positivamente para a área de educação.

A questão da negociação é uma causa de todos nós. Minas Gerais encontra-se em situação difícil, do ponto de vista das finanças públicas. Sem dúvida, o conjunto da dívida é alto, o déficit anual previsto é "inadministrável", portanto, devemos ter muita responsabilidade com relação às medidas internas e a esse processo de renegociação.

Ressalto que esse processo já vem se arrastando há muito tempo; não é novidade do Governo Lula.

O próprio ex-Governador Itamar Franco passou por longo e penoso processo de renegociação e de tentativas, de idas e vindas em relação ao Governo Fernando Henrique que, muitas vezes, em nome até do embate e da animosidade política, não fez com que recursos importantes, no início e no meio do Governo, viessem para o nosso Estado. No final, houve certa recomposição, com algum avanço. Esse espírito e essa boa vontade do Governo Lula existem. É evidente que esses critérios não foram adotados apenas para Minas Gerais. A equipe técnica adotou-os em razão da situação federal dramática deixada de herança pelo Governo anterior. Esses critérios valem para todo o Brasil, até mesmo para algumas Prefeituras administradas pelo PT, que também precisam desse aval e que tiveram restos a pagar cortados, como aconteceu em Minas. Essa situação aflige a todos. Essa movimentação do Congresso, como o trancamento de pauta no Senado e na Câmara dos Deputados - sem se dizer que foi motivada por isso -, era desnecessária porque o Governador tem bom diálogo com o Presidente. Tenho a certeza de que o interesse de Minas estará na frente de qualquer divergência político-partidária.

Estou certo de que - e não se trata apenas da minha opinião, como também da do nosso Líder Rogério Correia - a Bancada do PT está rigorosamente à disposição para, junto com todas as forças políticas do Estado, discutir a situação de Minas e dos municípios mineiros em relação ao Governo Federal. Para não dizer que nesses três meses não devemos elogiar e tecer alguns comentários positivos quanto às iniciativas do Governador, afirmo que a transformação do CONSEA em lei e a nomeação do Bispo Dom Mauro Morelli para presidir o Conselho de Segurança Alimentar do Estado foram medidas muito importantes. Essa é a sintonia, é a sinergia necessária entre o poder público estadual e federal, visando a tornar Minas Gerais mais justa e democrática. Contem com a Bancada do PT.

Mais uma vez, faço um apelo. Os professores e funcionários da educação estão clamando por um plano de carreira que permita progressão, avaliação e estímulo maior. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a interferência oportuna, sensata e abrangente do colega, trazendo contribuição para o nosso raciocínio. Tecerei um comentário para cada assunto.

O embate do Governo passado com o Governo Federal foi, sem dúvida, um grande problema, porque o ex-Governador não negociou, mas rompeu com o Governo Federal, iniciando-se uma batalha que colocou dois pólos em posição de guerra e conflito permanente, em que não havia diálogo, sacrificando o Estado, que perdeu a oportunidade de construir políticas públicas que pudessem favorecer a sociedade mineira. O Estado perdeu pelas oportunidades desperdiçadas, não construiu nada de novo e ficou brigando por algo que não saiu do papel. O Governador Aécio Neves assumiu o Governo, herdando todo o passado carente de ação. O Estado não agiu, e os problemas cresceram, porque, mesmo com ações, o Estado pode não dar conta de resolver os problemas. O Governador Aécio Neves assumiu o Governo com uma atitude completamente diferente de Itamar Franco, dialogando e encontrando-se com o Presidente, buscando entendimentos e cumprindo o seu dever, em vez de criar um conflito com o Governo Federal. Ao contrário, Minas se enquadrou nas medidas propostas pelo Governo Federal e vem fazendo seu "dever de casa". Como prêmio, recebe um tratamento igual ao dado, à época, ao Governo Itamar pelo Governo Federal. Não dá para entender isso. O comportamento de Minas mudou, o comportamento do Governador mudou, mas o comportamento do Governo Federal com o Estado continua o mesmo. Os bloqueios continuam, a falta de aval continua. Diante disso, Minas vem perdendo ou começa, dentro do quadro que se instala, a perder oportunidades. Por isso, fazemos um apelo à Bancada do PT a fim de que ajude a construir, junto ao Governo Federal, uma visão diferente para Minas.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Em primeiro lugar, parabenezo-o por fazer um balanço dos 100 dias do Governo Aécio Neves, o que é importante. Prometo-lhe que também faremos um balanço tanto dos 100 dias do Governo Lula quanto dos 100 dias do Governo Aécio Neves, mas em outra oportunidade, para que V. Exa. possa continuar sua explanação.

V. Exa. fez um apelo à Bancada do PT, solicitando apoio com relação ao bloqueio de verba mensal. Nossa bancada está aberta a essa questão. Precisamos discutir como o Governo Federal pode ajudar Minas Gerais. Minas está realmente necessitada. Há uma concordância entre nós de que há uma necessidade financeira do Estado, que vive um processo de empobrecimento, em que os gastos e o custeio são maiores do que a arrecadação. Isso não é de hoje, mas não nos cabe discutir esse ponto. Certamente o acordo feito entre o ex-Governador Eduardo Azeredo e o Governo Fernando Henrique Cardoso apertou financeiramente, e muito, o Estado. Não foi benéfico para Minas Gerais.

Realmente, o montante a ser pago mensalmente é muito grande. Penso que o Governador Eduardo Azeredo junto com o Presidente Fernando Henrique fizeram esse acordo, pensando em mais uma eleição, quando essa dívida poderia ser paga, quem sabe?, com o restante da venda das ações da CEMIG, os outros 2/3, e com a venda das ações da COPASA. Seria feito um acordo financeiro, e Minas Gerais, vendendo as ações das estatais, sobreviveria a ele. Felizmente, isso não foi feito. O ex-Governador Eduardo Azeredo perdeu as eleições, e o Governador Itamar Franco assumiu a atitude de salvaguardar a CEMIG e a COPASA, em meu entender, para o bem do Estado.

Tenho uma interpretação política diferente da de V. Exa. O Governador Itamar Franco - não tenho procuração para fazer sua defesa - encontrou uma situação também distinta. O Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso, submetido aos anseios de uma política internacional ajustada pelo FMI, executava um projeto não de construção da Nação brasileira, mas da entrega do País aos interesses do capital estrangeiro. Assim, as privatizações e outros modelos eram a nós impostos.

O Governo Itamar Franco se rebelou contra isso na defesa do nacionalismo. Colocou-se, portanto, contrário ao acordo. Não concordou que este fosse cumprido à custa da venda das ações das nossas estatais e da privatização das duas que restavam: a CEMIG e a COPASA. Houve um choque ideológico e de interesses. Diria que o Governo entreguista de FHC enfrentou, por parte do Governador Itamar Franco, um sentimento político oposicionista, que era o reflexo não só do pensamento do povo mineiro, mas também do pensamento do Brasil inteiro.

Tanto que, passados oito anos, o Governo Fernando Henrique foi rejeitado nas urnas, como pudemos perceber, e, felizmente, inicia-se um novo processo no Brasil.

O Governo Aécio se inicia com uma postura diferente daquela que o Governo Itamar Franco tinha em relação ao Governo Federal, até porque se trata de um Governo Federal que quer que os Estados se insiram num projeto de construção da Nação brasileira. E faz uma conclamação aos Governadores para a reconstrução do Brasil, com um projeto próprio de desenvolvimento, em que haja uma afinidade política que possa unificar até mesmo ações de partidos que são diferentes e têm ideologias e políticas diferenciadas.

É o caso de acenar para isso. O Governador Aécio Neves aceita esse aceno, embora com divergências, e possibilita um diálogo. Estamos dispostos a fazer esse diálogo. Não é que o Governo Lula, nesse ato de contenção dessas verbas, trata o Governo Aécio Neves de forma a pensá-lo como um governo de oposição. Não! O problema é que advém daí uma única postura, que é a do cumprimento dos acordos feitos, e, neste momento, considera-se fundamental que esses acordos sejam postos na ordem do dia, apesar das discordâncias com eles.

O Governo vem cumprindo, embora não concordasse, o acordo feito com o FMI. Vem sendo obrigado a cumprir, até porque, se não o fizesse, pelo menos na situação de hoje, nosso País poderia não ter condições de, ao fazer esse rompimento, construir uma política econômica alternativa ao capital financeiro que tivesse sustentação. E, por isso, aplicam uma política provisória, seguindo esse acordo estabelecido com o FMI.

Infelizmente, não poderia ser diferente a atitude do Governo Lula neste momento, embora eu acredite que a grande maioria dos petistas gostaria que pudéssemos ter um outro tipo de ação, até de rompimento. Mas isso não seria o mais sábio, neste momento, para o Brasil.

A mesma coisa acontece em relação aos acordos firmados no Estado. E um acordo firmado entre o Governo Eduardo Azeredo e o Governo Fernando Henrique Cardoso estabelece esse bloqueio, que é o que vem sendo feito. É possível buscar uma alternativa? Acredito que sim, não simplesmente desfazendo o acordo, mas procurando alternativas que possam compensá-lo. Essa discussão é possível de ser feita, e necessária, mesmo porque a situação do Estado é realmente atípica, devido a esse acordo feito e à não-privatização de setores importantes, com o que o próprio Governo Lula concorda.

Portanto, cabe sim uma discussão mais política entre o Governo Federal e o Estado de Minas Gerais. Com essa compreensão, nós, da Bancada do PT, colocamo-nos à disposição para, junto com o Governador Aécio Neves, com V. Exa., com o próprio PSDB, embora partido de oposição, travarmos um debate político que possa fazer com que o Governo Federal possa contribuir, ainda mais, com o Estado de Minas Gerais.

O Governo Federal, ao contrário do que V. Exa. afirmou, não está deixando de aplicar em Minas Gerais possibilidades. A Ministra Marina veio aqui, fez um acordo importante, vamos injetar finanças neste Estado, por intermédio do Governo Federal, para programas importantes na área do meio ambiente. Isso também será feito na área de defesa social. Também o nosso Secretário procurou o Governador Aécio Neves.

Há, às vezes, até reclamações de Deputados do PT. Nossos Ministros e Secretários procuram diretamente o Governador Aécio Neves e seus Secretários, não se reportando ao PT. Negociam diretamente, devido ao apreço que se tem pelo Estado de Minas Gerais, com o Governo instituído. Isso não existia na época do Governo Fernando Henrique Cardoso com o Governo Itamar Franco. Havia, sim, uma proibição de socorro ao Estado. Naquela época, essa foi a postura do Governo Federal, que não é a mesma postura do Governo Lula.

Outras ações deverão ser feitas na área de educação, de cultura, em todas elas. Estamos dispostos, e não poderia ser outra a nossa função a não ser ajudar o Estado porque reconhecemos como legítima a vitória do Governador Aécio Neves, embora sejamos de partidos de oposição.

Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - No momento em que me inscrevi para ter o privilégio de apartear-lo, tive a sensação de vê-lo ocupando a tribuna, em nome do PSDB, e na outra, o Deputado Rogério Correia, em nome do PT.

Na condição de representante da Bancada do PDT, queremos propor a formação do triângulo das Minas Gerais. O PSDB e o PT viveram, nas últimas eleições, situação característica. V. Exa. comentava o desempenho do então Governador Itamar Franco. Nós, de Juiz de Fora, preferimos referenciá-lo como nosso Presidente. Assumi posição clara na política em defesa do nacionalismo, sua maior marca. Tentou resgatar um tema que devemos, independentemente da sigla partidária, abraçar com carinho, porque é a revisão do federalismo.

Percebemos, a partir da Constituição, o modelo que os constituintes brasileiros desenharam. Particularmente nesta Casa, na 4ª Assembléia Constituinte de Minas, procuramos estabelecer a correlação de forças entre União, Estados e municípios. Pelas manobras que aconteceram pelo Governo central, cada vez mais, fugimos do compromisso do pacto federativo.

Recentemente, numa reunião com técnicos da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, no Governo Aécio Neves, foram mostrados os números da Secretaria. Em Minas Gerais, entre 1989 e 2002, o índice inicial de repartição da receita, que era de 32,4%, se reduziu a 22,3%. Em uma década, Minas Gerais deixou de receber quase 1/3 daquilo que lhe é devido pelas transferências obrigatórias e espontâneas do Governo Federal. A dificuldade de transferência está na dificuldade econômica que Minas tem. Discordo do Líder do PT, quando aponta que talvez essa dificuldade de transferência fosse fruto do acordo da renegociação da dívida do então Governador Eduardo Azeredo com o Presidente Fernando Henrique.

Naquele momento, Eduardo Azeredo representou muito bem o interesse de Minas. Minas pagava taxa mais alta para rolar sua dívida. Com aval do Governo Federal, conseguiu ter taxa menor.

O caminho é voltarmos a discutir o pacto federativo com inteligência, dedicação e o sentimento de mineiridade desta Casa. Preocupa-me o Deputado Antônio Carlos Andrada quando diz que o que assistimos na Administração Pública brasileira é a visão bipolar. De um lado a União cada vez mais centralizadora, mais robustecida em sua arrecadação, com a estratégia terrível que foi a introdução das contribuições. É a COFINS, a contribuição sobre lucro líquido, a CPMF, recursos, enfim, específicos para o Governo Federal. De outro lado, os municípios. Minas Gerais tem 853 municípios, cada um necessitando fazer convênio com o Governo Federal ou com o Governo Estadual para atender às necessidades do tesouro municipal.

A figura do Governo do Estado está desprotegida pela classe política. Por quê? Infelizmente, os Deputados Estaduais e Federais vão exercer seus mandatos com um sentimento municipalista muito forte. Ao se falar na interpretação de uma causa municipal - lembro-me bem quando votamos a Lei Robin Hood -, há uma efervescência muito grande com relação ao tema. No Congresso Nacional, em que se está discutindo a reforma tributária, todos expõem de modo bastante claro a preocupação com a receita da União. O Estado, o ente regional, está minimizado nessa visão política do Brasil federativo.

Considero um privilégio ter V. Exa., representando o PSDB, e o Deputado Rogério Correia, representando o PT - dois partidos que chefiam Minas e o Brasil -, ocupando a tribuna. Por coincidência, o PDT apoiou Aécio Neves para Governador e Lula para Presidente. Creio que pode nascer nesta Casa um movimento para se resgatar a idéia do pacto federativo.

Na próxima segunda-feira, esta Assembléia vai discutir um tema muito importante, que é a reforma previdenciária. Se entendermos esse movimento de transformação social com o mesmo espírito que teve o Congresso Nacional, na semana passada, em que parlamentares do PT e do PSDB conseguiram iniciar a visão da reforma do sistema financeiro, a população será extremamente beneficiada.

Trago muito claramente esses dois fortes sentimentos no meu exercício político: a mineiridade e um enorme respeito pela figura do ex-Governador Itamar Franco, que, do Palácio da Liberdade, expôs para o Brasil o sentimento libertário existente nas nossas Minas Gerais. Nunca me esqueço dos momentos em que Ciro Gomes crescia nas pesquisas políticas, enquanto Lula caía para 26% ou 27% nas intenções de voto. A voz de Itamar se levantou em defesa do candidato do PT, hoje nosso Presidente. O mesmo aconteceu com relação ao Governador Aécio Neves. Enfrentando muitas dificuldades, Itamar pôde, como V. Exa. disse muito bem, dar testemunho do apreço de Aécio pela política, pela nossa mineiridade, apontando-o como seu sucessor. Para alegria de Minas, foi eleito em primeiro turno.

Tenho certeza de que essas duas conotações, além desse sentimento forte de mineiridade, contribuirão para fazer florescer nesta Casa um movimento de valorização da causa estadual. Espero que, muito em breve, possamos comemorar números mais dignos para Minas Gerais. O Deputado Ermano Batista recordou que o índice apresentado pela Secretaria da Fazenda surpreendeu a todos: Minas Gerais, no ano passado, recebeu apenas 0,78% de transferência daquilo que foi a riqueza produzida pelo Estado.

Minas não pode pedir esmola ao Governo Federal para manter sua sobrevivência. A situação econômica, a pujança do nosso Estado, a força dos mineiros certamente farão com que essa dificuldade momentânea de caixa seja superada em breve, a fim de encontrarmos o caminho da dignidade.

Hoje, a visão é totalmente diferente. V. Exa. reclama do confisco de R\$6.000.000,00. Citei um exemplo ocorrido em Minas Gerais. O Ministro Anderson Adauto esteve em Juiz de Fora, na semana passada, e, diante da precariedade das estradas da Zona da Mata, assinou um convênio de R\$16.000.000,00, em nome do Presidente Lula, para que uma empresa pública de pavimentação do nosso município, a EMPAVE - que, por coincidência, foi criada por Itamar Franco - inicie a recuperação daquelas estradas.

Meu coração está cheio de esperança. Tenho a absoluta certeza de que, com Aécio, Itamar e Lula viveremos um novo tempo em Minas. Daqui a um ano, aproximadamente, com seriedade e descortino administrativo, teremos nova fase para os cidadãos mineiros, a quem nos orgulhamos de representar nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Na verdade, com relação aos transportes, o Ministro Anderson Adauto esteve não apenas na Zona da Mata, mas no Norte de Minas, Triângulo, Sul de Minas e em praticamente todas as regiões. Onde não esteve, ainda estará, anunciando valor bem superior ao citado.

Quanto ao Governo Lula, concordo com o Deputado Sebastião Helvécio. O que existe é um problema de acordo que precisa ser discutido, e não má-vontade ou boicote. Pelo contrário, o Governo tem apoiado investimentos importantes. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço o Deputado Sebastião Helvécio por sua intervenção. Realmente, o que nos move nesta Casa é a esperança de dias melhores. E nisso somos parceiros, porque temos a mesma visão. V. Exa. falou da coincidência de termos parlamentares do PT e do PSDB na tribuna, mas o privilégio é nosso de ter V. Exa. como referência nesse debate, por sua estatura, sua dignidade e seu passado. Tenho a certeza de que sua presença será fonte inesgotável e constante de bons aconselhamentos, que muito ajudarão nossa atuação

e, é claro, o nosso Estado.

Quanto às falas dos Deputados André Quintão e Rogério Correia, destaco exatamente os mesmos enfoques. Não estou aqui para julgar ou comentar as ações do Governador Itamar Franco, mas apenas para trazer, para os dias de hoje, conseqüências administrativas que não são positivas. É preciso reconhecer que o déficit do Estado existe, assim como o confronto com o Governo Federal existiu durante o Governo Itamar, provocando desajustes e certa desarrumação nas relações de Minas com o Governo Federal. Entendo que o Governador teve seus méritos políticos e levantou bandeiras interessantes, como a revisão da Federação, mas, por outro lado, suas ações resultaram em prejuízo para Minas. É o caso dessa questão administrativa e financeira. O fato é que o próprio Líder do PT coloca-se solidário às ações do Governador Itamar Franco que foram penalizadas pelo Governo Federal através de bloqueios. O Governo mudou, mas suas práticas relacionadas ao Tesouro e às liberações constitucionais para os Estados continuam as mesmas. O que está sendo bloqueado não é referente ao acordo feito com o Governador Eduardo Azeredo, que entendemos ter sido, na época, a melhor opção, porque diminuiu a obrigação mensal de pagamento do Estado para com o Governo Federal. O que está sendo bloqueado, então, diz respeito à penalização sofrida pelo Estado pelo não-cumprimento da LRF no período de 2001, época do Governo Itamar Franco. Se o PT entendia que o Governador estava certo ao insurgir-se contra o Governo Federal, como pode utilizar essa mesma ação para penalizar o Estado?

Essa situação coloca Minas em posição de inadimplência com o Governo Federal, o que vem barrando as negociações de Minas no âmbito internacional. É preciso resolver logo essa pendência do Tesouro Federal, para que Minas seja considerada adimplente. Não estamos dizendo que há má-vontade do Governo Lula para com Minas, mas um posicionamento político que o Governo Federal deve tomar com relação ao enquadramento que se faz de Minas, pois estamos no cadastro de inadimplentes do Governo Federal. O esforço do Governador Aécio Neves de colocar Minas em condição de adimplência não está sendo reconhecido.

Com relação ao plano de carreira, essa questão não se refere apenas ao setor de educação, mas a todos os outros. A questão do funcionalismo é nacional, os servidores federais estão há muitos anos sem aumento. Não estaremos fazendo nada a mais nem a menos que o Governo Lula. A capacidade máxima do Governo Federal para recompor os salários de seus servidores será a mesma que o Governador Aécio Neves praticará em Minas. Irá ao máximo em sua ação para dar respostas positivas aos anseios dos servidores. O quadro nacional não dá margem para que o Estado faça nada diferente, pois a política econômica imposta aos Estados é ditada pelo Governo Federal. Não há como criar uma ilha num Estado Federativo comandado por uma União, que é poderosa e dita normas. Estaremos trabalhando, a questão do plano de carreira será cumprida pelo Governador, e esta Casa dará sua colaboração. Nesses primeiros 100 dias, estamos criando condições para que o Governo possa agir, restabelecendo o equilíbrio fiscal, esse ajuste administrativo, composições políticas, a fim de dar as bases necessárias às ações do Governo. O Governador tem sido ágil, competente e ousado nessa ação.

Deputado Rogério Correia, deslocaremos o eixo dessa discussão, mas estaremos prontos para debatê-la, pois temos discordâncias com relação à análise que V. Exa. fez dos Governos Eduardo Azeredo e Itamar Franco. Entendemos que não é dessa forma, a questão foi muito simplificada, as conseqüências políticas dos atos do Governador Itamar Franco podem ter ganho certa dimensão, e não queremos fazer referência à pessoa do Governador, que é um homem sério. Mas suas ações políticas trouxeram reflexos administrativos que penalizaram Minas. O Governador Aécio encontrou o Estado numa situação de dificuldade e está se esforçando para cumprir seu objetivo de organizá-lo, para enfrentar essas dificuldades. Minas precisa ter sua adimplência reconhecida pelo Governo Federal para lançar-se com agressividade, recuperando o tempo perdido junto ao mundo financeiro internacional, captando recursos que estão inacessíveis devido a esse entrave causado pelo bloqueio do Governo Federal.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Dizem que "Nada mais parecido com a Situação que a Oposição no poder". E o Deputado Rogério Correia é um exemplo vivo da veracidade dessas palavras.

O Deputado Rogério Correia é brilhante, mas, de vez em quando, a paixão empana o brilho. Como política não dá lugar à paixão, não raro o Deputado é vítima de procedimentos, ainda que não tendenciosos, censuráveis.

No início do Governo Itamar Franco, a União bloqueou recursos de Minas. O PT, na pessoa do Deputado Rogério Correia, fez um escarécú, procurando levantar uma bandeira, uma marcha a Brasília, contra aquele procedimento, por dívidas de Minas com a União.

Hoje o procedimento é diferente quando o Governo bloqueia recursos, multa por descumprimento da LRF pelo Governador Itamar Franco. Procedimento incoerente, até censurável. O Deputado Rogério Correia disse que a situação das finanças do Estado é caótica, em virtude de acordo firmado pelos Governos de Eduardo Azeredo e Fernando Henrique.

Há poucos dias, o Governador Aécio Neves, tentando buscar repactuar a dívida de Minas Gerais, perguntou ao Ministro Palocci o que achava daquele acordo. Palocci disse que foi negócio de pai para filho - expressão dele, e o acho muito sério. Deu um sinal, deixou entender que Lula não seria pai, seria padrasto. Então, existe incoerências, é preciso tomar cuidado para não cair em contradições.

O Governo Azeredo, como disse o Deputado Sebastião Helvécio com muita propriedade, negociou uma dívida em longo prazo, rolada por dia, a juros de especulação. Se essa dívida rolasse até hoje, estaria num volume astronômico, impossível. Negociou com prazo de 30 anos, juros de 7,5%, quando na ocasião, era rolada, diariamente, a juros de 38, 40, até 60%. Naquele momento, foi um salvador do Estado, conseguiu convencer o Presidente da República de que merecia e precisava.

Hoje, conclamamos os Deputados do PT a nos ajudarem a convencer o Presidente Lula a repactuar a dívida de Minas, quem sabe a juros de 3%, como estabelece projeto do Deputado Rogério Correia, que tramitou nesta Casa, obrigando o Estado a só negociar a dívida com a União, a 3%. Façamos agora sua vontade, inspirado na ocasião pelo seu ardor por Minas Gerais. Espero que agora a presença do PT na União não apague seu entusiasmo. Vamos a Brasília pedir ao Lula que negocie a dívida a 3%.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, certamente não usarei todo esse tempo. O Deputado Rogério Correia terá o tempo que requer para usar a palavra.

Agradeço a intervenção do Deputado Ermano Batista, que traz importantes informações técnicas com relação ao acordo firmado pelo Governador Eduardo Azeredo, o qual estancou o crescimento da dívida e criou sistemática uniforme. Essa é reconhecida pelo atual Governo Federal, que não quer alterá-la, por ser tão boa, nem quer rever nenhum desses acordos. O próprio ânimo do Governo em manter o "status quo" é o seu reconhecimento de que esses acordos foram razoáveis, bons e não devem ser levantados em relação a seus benefícios.

O Deputado Chico Simões (em aparte)*- Muito obrigado pelo aparte. Atentamente ouço a bela explanação dos Deputados Antônio Carlos Andrada e Ermano Batista. Ao continuar com esse nível de discussão, temos de entender que não estamos no mesmo barco, mas num submarino. Encontremos o caminho ou vamos continuar afundados! Não vejo incoerência alguma no posicionamento do Deputado Rogério Correia, que, naquele tempo, já defendia outra solução para abordar as dívidas, não só internas como externas. Certamente, com a mesma veemência com que defendia isso, o PSDB e, seguramente, o Deputado Ermano Batista defendiam o contrário. Então, existia a mesma intensidade de convicção em ambos. Só que, agora, parece ter-se invertido a posição do PSDB, e não a do nosso companheiro, pois hoje colocamos em prática campanha, forçada pelo PSDB, em que garantimos não quebrar contrato algum. A LRF - única lei respeitada neste País - proposta pelo PSDB, coloca-nos nesta teia de aranha. Lógico que precisamos de saída e do Deputado Artur Virgílio - líder do PSDB - para nos

ajudar, sem discurso o fácil de impor salário mínimo aquém do que o trabalhador necessita e do que podemos pagar.

É importante essa discussão, a fim de encontrarmos caminho e não apenas marcar posição. Chega disso! É importante o entendimento nacional, com o exemplo que está dando o Presidente da República ao colocar no Governo pessoas do PSDB, porque sabe que é sério o problema e o Brasil está numa situação de "fio da navalha". Queiramos ou não, temos de continuar com a política, que, ao longo de tantos anos, tanto nos sacrificou, pelo menos até setembro, para garantir o contrato e a carta assinada com o FMI pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Volto a repetir, comprometemo-nos a não deixar de assumir os contratos. Esperamos, Deputados Ermano Batista e Antônio Carlos Andrada, que, quando setembro vier, nos encontremos nesta Casa para discutir e esquecer nossas bandeiras. Não vamos tentar justificar nossos erros, mas, de maneira responsável e patriótica, encontrar o melhor caminho para tirar o Brasil desse atoleiro em que o PSDB o colocou.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Parabenizo o Deputado que traz à discussão tema que, em primeiro lugar, é extremamente relevante para o futuro de Minas Gerais e do País. É indiscutível a relevância da questão do financiamento do Estado, sem o qual não se praticam os planos de Governo e todas as ações que o Estado pretende realizar por meio do Governador Aécio Neves. A União, certamente, também tem essa aflição e esse dever de buscar o equilíbrio.

As incoerências colocadas em pauta pelo Deputado Ermano Batista lembraram posicionamentos passados do Deputado Rogério Correia, aos quais também o Deputado Chico Simões fez referência, dizendo que o PSDB não estava sendo coerente, e que o PT estava mantendo a coerência.

Em síntese, queremos ou não que Minas Gerais se desenvolva e possa, de fato, colocar em prática todas as ações de que o nosso povo precisa? Queremos. Então, não há por que dizer simplesmente que o contrato existe e, por isso, é compreensível. Há de se ressaltar que esse é o primeiro momento em que se aplica multa contratual. E, em razão disso, recursos são bloqueados.

V. Exa. está dando uma grande oportunidade, de acordo com o espírito democrático que reina nesta Casa, aos Deputados do PT para, além de contribuírem de fato para Minas Gerais ser respeitado pela União, alertarem o Presidente Lula. O Governo do PT, que, ao longo da campanha, rotulou de maneira feroz o Governo passado de neoliberal, faz isso até hoje. O Deputado Rogério Correia, em discurso proferido há poucos minutos, fez referência à relação do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o FMI como de subserviência nefasta a este País. O Governo do PT, nos seus três primeiros meses, propôs aumentar o superávit primário do País, viabilizando um superávit de mais de R\$20.000.000.000,00, sem aumentar significativamente as receitas, mas cortando os investimentos sociais, extinguindo convênios que visam ao saneamento básico, à área da educação e a repasses de recursos para as Prefeituras. E isso vem atender ao FMI, indo além do que foi pactuado. Portanto, é hora de parar para refletir.

Há poucos dias, o Presidente Lula fez uma consideração que deve ser objeto de reflexão dos seus companheiros nesta Casa e que, de fato, chocou os brasileiros. Talvez alguns não tenham parado para pensar o quanto é sério um Presidente da República dizer, após 100 dias no poder, que, quando somos oposição, podemos fazer bravata, mas, depois de ganharmos a eleição, é diferente. Quando somos oposição podemos fazer bravata, porque não precisamos realizar. Quando estamos no poder, temos de pensar bem antes, pois precisamos realizar. Porém, não foi assim que o povo brasileiro elegeu o Presidente Lula. Não foi por isso que o povo mineiro lhe deu uma vitória expressiva, quando ele e seus aliados diziam que Minas merecia um tratamento diferenciado, que Minas não podia ser tratada daquela forma.

Tomo a liberdade de lembrar o Deputado Rogério Correia, quando disse sobre Minas estar sendo atendida com a presença da Senadora Marina, Ministra do Meio Ambiente, que veio aqui assinar um convênio de recursos com um grupo privado alemão. Trata-se de recursos externos já negociados anteriormente, até com a participação do ex-Ministro José Carlos, hoje Secretário do Meio Ambiente. Esses recursos são muito bem-vindos, mas o meu reparo é apenas para dizer que V. Exa. não foi feliz ao dizer que no Governo anterior isso não acontecia. Para não haver dúvidas, citarei situações pontuais. O Ministro José Serra, já com a intenção de ser candidato a Presidente da República - direito que lhe era facultado, como qualquer brasileiro -, e com a responsabilidade que sempre lhe foi característica, veio a Belo Horizonte inúmeras vezes. Veio, no início do Governo Itamar, estender-lhe a mão e auxiliá-lo. Veio no primeiro semestre do ano 2000, auxiliar o Governo do Estado com convênios, e o Prefeito Célio de Castro, uma das grandes figuras mineiras, com um convênio de dinheiro do REFORSUS, de recursos a fundo perdido, ou seja, para auxiliar uma Prefeitura do PT.

Como disse com muita felicidade o nobre Deputado Sebastião Helvécio, se queremos, nessa oportunidade, fazer com que PT e PSDB se unam em prol de Minas, não conseguiremos isso levantando questões do passado. Sem a devida clareza e justiça nas considerações, não vamos fazer essa aliança por Minas. Não é querendo fazer aqui discurso de campanha, atacando ainda o Governo do PSDB, quando o Presidente era o Fernando Henrique ou atacando o ex-Governador Eduardo Azeredo, como se fosse responsável pela situação de endividamento de Minas. Não seria por aí. O Deputado Toninho Andrada foi extremamente feliz de trazer a esta Casa essa proposição, porque é hora de somarmos forças para cobrar do Presidente Lula, fazermos reuniões de bancada e de partido, com o intuito de irmos em caravana a Brasília. Vamos a Brasília dizer que os Deputados do PT não aceitam que o dinheiro de Minas seja bloqueado por causa de uma multa aplicada por uma irregularidade que não foi cometida pelo Governador Aécio Neves. De forma autoritária, intransigente, sem levar em consideração os esforços que estão sendo feitos para regularizar as finanças de Minas, vêm trazer-nos problemas que vão além do bloqueio de recursos, problemas de credibilidade de Minas no exterior, que está sendo recuperada pelo Governador Aécio Neves.

Faço também menção à questão levantada sobre o Governo Itamar Franco. É perfeitamente compreensível e respeitável por parte de todos nós a postura nacionalista do ex-Governador e ex-Presidente Itamar, mas não posso deixar de dizer, em que pese ser um brilhante político, habilidoso e surpreendente - o que em política é mérito porque é terrível ser surpreendido, e o Governador consegue surpreender os adversários e aqueles que estão um pouco à margem do processo -, que, como administrador, para Minas foi um desastre. O Governo de Minas tinha recursos contratados com organismos internacionais, até para financiar o Projeto SOMMA, recursos assegurados para Minas logo nos primeiros dias do Governo Itamar e que foram simplesmente jogados fora por atitudes que não resultaram em benefício nenhum para Minas. Declarou-se uma moratória inócua, sem fundamentação jurídica, sem raciocínio lógico do ponto de vista administrativo. Portanto, justiça seja feita: um grande político, um homem que surpreendeu, ainda surpreende e que ainda surpreenderá a muitos, mas os resultados para Minas, pelo que pude acompanhar, foram e são nefastos. O Governador Aécio Neves, com sua postura de homem equilibrado, de negociador, tem sempre dito: "não vamos olhar no retrovisor". Mas o passivo deixado é nefasto demais, então é preciso fazer alguns alertas. Ainda esta semana, conversando com o ex-Deputado Baldonado Napoleão e com o Secretário Odélmo Leão, diziam da forma assustadora como foram literalmente sucateados os órgãos ligados à Secretaria da Agricultura, em especial a EPAMIG. Isso precisa ser dito, mas não para justificar situações atuais. Portanto, deixo aqui registrado meu entendimento. O nobre Deputado dá-nos grande oportunidade, em especial e em particular aos Deputados do PT, de fazer uma reflexão mais séria sobre o futuro dos 100 dias. Será que é para continuar bloqueando verba para Minas? Será que é para aumentar superávit primário às custas de cortes de investimentos no campo social? Será que é para manter uma política de juros altos como temos visto? Será que o povo elegeu o Presidente Lula para continuar os quatro anos culpando Fernando Henrique?

O Presidente Lula precisa fazer o que o PT sonhava, e também o que o povo de Minas e do Brasil sonha. Fazer, de fato, um pacto federativo, fortalecer os Estados e criar condições para que a produção volte a crescer no Brasil, como começou a crescer em Minas, ao contrário do resto do País, onde o desemprego aumentou nos três primeiros meses deste ano. Minas teve um desempenho melhor que a Federação.

Registro para V. Exa. o meu entendimento de que a Casa está diante do desafio de sair de um discurso fácil, que quer responsabilizar o

passado, para adotar uma postura concreta de ações de parceria por Minas Gerais e pelo Brasil.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio, pela sua forma aguerrida e bem animada de fazer política, a qual se configura como uma grande contribuição para o debate.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, tentarei explicar o que o Deputado Ermano Batista classificou como incoerente. Procurarei demonstrar que não, mas entendo o pronunciamento do Deputado como uma cobrança, que evidentemente pode e deve ser feita, e cabe a nós responder a essa cobrança. Antes de responder ao Deputado Ermano Batista, reporto-me à fala do Deputado Domingos Sávio, a qual me pareceu muito mais um rancor pela derrota do Governo Fernando Henrique do que, de fato, uma cobrança mais séria acerca do debate político aqui posto. S. Exa. reclama que falamos mal do Governo Fernando Henrique, mas ele também fala mal do Governo Itamar.

Essa situação faz-me lembrar do Deputado Amílcar Martins, que, quando eleito, veio a esta Casa imbuído do espírito de ser o Líder do Governo Eduardo Azeredo. O ex-Governador Eduardo Azeredo perdeu a eleição, e o Deputado Amílcar Martins ficou na Casa, por quatro anos, como Líder do Governo que perdeu a eleição. O Deputado Domingos Sávio vai também ganhar o título de Líder do Governo FHC, na Assembléia Legislativa, embora o Governo FHC também tenha perdido as eleições. Sempre que se falar no Governo FHC, o seu Líder deverá vir em sua defesa, tarefa esta extremamente árdua: a defesa de um Governo tão entreguista como foi o Governo FHC, durante os seus oito anos.

Fica aí essa tarefa para o Deputado Domingos Sávio: fazer a defesa desse Governo. Pode ser que esse rancor também seja pela ausência da aliança com o PT, que lhe deu uma primeira oportunidade de vitória em sua cidade natal, mas, posteriormente, impossibilitou essa vitória. Talvez esse rancor tenha sido elevado ao quadrado, assim como o seu ódio. A convivência certamente nos fará reatar as alianças que foram perdidas no tempo.

Respondendo ao Deputado Ermano Batista, no meu entendimento, não há incoerência no pronunciamento que fiz. Como disse o Deputado Chico Simões, poderíamos dizer que há também incoerência por parte de V. Exa., que, naquela ocasião, não fez eco às reclamações que o PT fez para o bloqueio das verbas.

Pelo contrário, se não se silenciou, concordou com os bloqueios, colocando a moratória como ato de responsabilidade. Portanto, a punição pelo Governo Federal foi correta. Reclama de bloqueio menor devido a acordos feitos anteriormente. Se trocarmos de posições, diríamos que incoerência é mútua. Temos de analisar a situação politicamente.

Por isso disse que o debate é necessário para que os Estados refaçam os acordos com a União, feitos anteriormente sob a égide de outro Governo. Embora Lula os cumpra, não significa concordância tácita dos acordos assinados, mas parte de um processo, em que há necessidade de cumprimento, até que outros possam ser feitos. O acordo de Minas Gerais não foi benéfico. O Ministro Palocci posicionou-se acerca dos juros cobrados. Por trás do acordo, estabeleceu-se a venda de 1/3 das ações da CEMIG, de que, se indagado, Palocci discordará. Estava embutido um processo de continuidade de privatizações de empresas estatais, com que nós, do PT, não concordamos. A privatização do BEMGE, do CREDIREAL, a política de FHC e do Governo Azeredo foram prejudiciais aos interesses do País e do Estado. Não podemos simplesmente exigir que, em 100 dias, Lula restabeleça o eixo de uma política econômica e social ditada por oito anos de outra, aliada a um projeto internacional: a implantação do projeto neoliberal estabelecido no País, não derrotado totalmente. O capital financeiro internacional ainda dita as normas do mercado, apesar da vitória de Lula.

Mudanças deverão ser feitas à luz da conjuntura internacional. Avançaremos nessa questão, realizando reforma tributária, estabelecendo novo pacto federativo, que dê mais força a Estados e municípios. Esses acordos têm de ser feitos sob nova égide. Não podemos nos esquecer da herança maldita dos oito anos de governo neoliberal. Pedir-nos para apagar o passado não é fazer justiça ao presente e ao futuro do País.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Percebo um momento muito interessante. Em momento algum senti-me agredido, mas estimulado. Fico feliz por participar de debate em que cada um se expressa ideologicamente, valorizando a representação popular.

Mas queria, exatamente fazendo uma análise das palavras do Deputado Domingos Sávio, lembrar que a doutrina do liberalismo, na visão inicial de John Locke, no seu famoso livro que certamente fornece as bases de quem acredita no liberalismo econômico "O Caminho da Servidão", precisava de uma nova roupagem, depois do episódio Brettonwoods.

Tentou-se, no pós-guerra, uma política monetária em que se criasse um organismo internacional, para socorrer os Estados membros que, eventualmente, enfrentassem alta espiral inflacionária. Certamente, não houve ali um momento de perdão ou de solidariedade, mas a preocupação com o fato de a Alemanha ter sido levada à guerra em um momento de hiperinflação. Isso fez com que as potências vencedoras, e muito particularmente os Estados Unidos, propugnassem a criação do FMI, com a idéia de poder atuar internacionalmente, em momentos de hiperinflação, para se tentar o controle da moeda.

Já aquele episódio da criação do FMI mostra-nos essa hegemonia que prevalece ainda hoje. Se formos observar os anais daquele encontro, veremos que o grande economista inglês, John Maynard Keynes, o idealizador, foi o único participante que pôde levar sua mulher ao encontro. Todos os outros economistas, Embaixadores, enfim, representantes dos países que ali foram se encontrar tiveram que ir sozinhos. Já naquele momento, estabeleceu-se a hegemonia inglesa. Ele foi lá, com sua bela senhora russa, para participar e fomentar os momentos iniciais do nascimento do FMI.

O que isso tem a ver diretamente com a palavra sobre a qual estamos refletindo? Agora, neste instante, o Congresso Nacional - e temos os nossos eixos de participação, a partir das Assembléias Estaduais com os nossos representantes federais - vai passar à discussão profunda sobre o tipo de Banco Central que queremos para nosso País.

V. Exa., ao comentar sobre a decisão do Presidente Lula na abordagem da questão sobre a aplicação ou não da multa, falou muito bem. E o Governador Itamar Franco exibiu-nos um documento, datado dos últimos dias do ano passado, em que o Governo Federal diz não haver nenhuma inadimplência do Governo mineiro. Portanto, ficamos surpresos com essa penalização.

V. Exa. dizia que a definição é essencialmente política. Estamos caminhando para um momento - e é importante que todos os partidos tirem essa posição em nível de seus diretórios - de discussão. Devemos definir se desejamos um Banco Central com autonomia plena, que não seja apenas o guardião da moeda e possa interferir e fazer esse tecnicismo com o qual Minas Gerais está sofrendo, devido ao pagamento de suas dívidas. Temos de determinar se queremos um Banco Central soberano, nacional, que não esteja ligado única e exclusivamente à defesa da moeda.

O meu partido, o PDT, está convocando seu Diretório Nacional, e, com a bancada estadual, estaremos no Rio de Janeiro, no próximo dia 24, a fim de tomar uma posição a respeito do assunto. Essa visão de hoje é um Brettonwoods de quase 60 anos atrás. Cada um de nós deve interferir junto a nossos representantes em Brasília, para verificar que tipo de Banco Central queremos: guardião da moeda ou um órgão ligado à soberania nacional.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Peço ao Deputado Domingos Sávio que me compreenda e me permita concluir meu raciocínio. Em seguida, haverá ainda algum tempo, e V. Exa. poderá solicitar à Mesa um espaço para falar.

Sr. Presidente, prezados colegas, como o Deputado Sebastião Helvécio disse, tivemos uma grande oportunidade de debate. Não tivemos uma tarde de votação, mas de debates, de posicionamentos em que diversos segmentos da Casa se expressaram, apresentaram suas posições. Isso é muito bom, salutar, porque começamos a trocar idéias, experiências, em busca de posições comuns, sabendo também das posições que não serão comuns, pois é normal que, no Parlamento, nem tudo termine em consenso, em acordo. Haverá embates, com certeza, que serão resolvidos politicamente ou matematicamente no Plenário, na hora do voto. O debate aqui instalado contribui para nortear a busca do consenso.

Um campo muito animador, com relação às finanças de Minas, é o administrativo. Volto à origem da minha fala, quando abordei os 100 dias do Governo Aécio Neves. Ele iniciou mexendo em três pilares: administrativo, financeiro e político, criando as bases para adotar suas políticas e tirar do papel seu programa de ação governamental com ações que cheguem ao cidadão, ao município, para transformar a realidade de Minas.

No que se refere a esse objetivo, enfrentamos a dificuldade da ação do Governo Federal, pontualmente na questão da inadimplência de Minas, que é um fato. Não queremos buscar as origens disso, pois achar culpados, hoje, não resolve o problema. O que resolve é encontrar uma solução que tenha vigor de hoje para amanhã. Temos de enfrentar essa situação, a fim de que Minas se liberte desse quadro de dificuldades no qual se encontra. Sem dúvida, a ação do PT nesta Casa, como representante do Governo Federal, cria condição privilegiada para esse trabalho.

Não fazemos nenhuma análise subjetiva, mas real. O Governador Aécio Neves esteve em Brasília e diversas vezes conversou com a equipe técnica do Governo Federal. Os técnicos federais estiveram em Minas analisando as contas do Estado e teceram elogios ao Governo. O Governador, há pouco tempo, esteve com o Ministro Palloci em Brasília, mas ainda não conseguiu o caminho político para livrar Minas da situação de inadimplência, que não é fruto de sua ação administrativa. Ao contrário. Sua ação busca fortalecer seu pleito, uma vez que vem cumprindo seu dever, sua obrigação, buscando o equilíbrio fiscal, que é exigido e imposto pelo Governo Federal.

É importante, após a Semana Santa, concluirmos essa questão, iniciando um movimento com um manifesto, por assim dizer, em defesa de Minas e do Brasil. Algo mostrando que, em Minas, as coisas são diferentes. O Governo Federal precisa tratar este Estado de maneira diferente, porque esse foi o seu compromisso.

Ouvimos aqui o Deputado Rogério Correia, manifestando-se com muita propriedade, dentro da sua visão, a qual respeitamos, embora tenhamos diferentes opiniões, muitas vezes. O Presidente Lula venceu as eleições não para governar com os mesmos mecanismos do Governo anterior, justificando o tempo todo que governa com os mesmos instrumentos, que não muda nada, porque é difícil mudar. Então, deveria ter falado isso na eleição. Deveria ter dito: "sou candidato para mudar, mas mudar é muito difícil, não vou conseguir mudar no primeiro ano nem no segundo; talvez, no terceiro, pois estou pressionado pelo capital internacional, estou preso a ele, temos de conquistar o mundo, talvez na visão de Trotski, não sei, quem sabe com uma revolução internacional, para fazer a mudança que os brasileiros querem". É preciso haver mais objetividade. Compreendo a situação e não estou cobrando do Presidente Lula, como entendo que não deve ser cobrada do Governador Aécio Neves, nenhuma ação que mude o Brasil em 100 dias.

É preciso que o discurso do Presidente Lula, que ganhou as eleições com a perspectiva de mudança, seja mais ousado, aguerrido, profundo. Ele está muito tímido para a expectativa de mudança que gerou. Não estamos aqui fazendo nenhuma crítica a atos do Presidente. Estamos achando que estão faltando atos, está faltando ação. O Governo está lento. Precisamos estimular o Governo Federal. Dentro desse estímulo está justamente esta cobrança, no bom sentido, de ver Minas com outros olhos, na ótica da mudança, porque aqui ela também está ocorrendo. O esforço de Minas e dos mineiros é palpável, real e precisa do reconhecimento federal.

Nesta empreitada de união de Minas, buscando esse apoio federal nessa ótica de mudança, é que fazemos a conclamação para que os colegas do PT se unam, nesse documento, mais uma vez levantando a voz de Minas, unida pelo Brasil, não contra ninguém. Minas forte dará grande contribuição para que sejam feitas mudanças no Brasil, e isso porque Minas sempre foi vista e é, na verdade, o "Estado-Síntese" da Nação. No centro do País, com características do Nordeste, do litoral, do Sul e do Centro-Oeste, Minas é o somatório dessas visões e, quando toma uma direção bem-alicerçada no sentimento do seu povo, sem dúvida nenhuma, dá uma contribuição inequívoca para a grandeza do País e para as mudanças que a Nação precisa. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - V. Exa. conhece, como todos, a estima e a admiração que temos pelo Deputado Sebastião Helvécio. Nossa manifestação foi apenas no sentido de que temos uma visão pessoal, um entendimento político de que houve prejuízos do ponto de vista administrativo, de gestão administrativa, no Governo Itamar Franco, o que também não representa uma falta de respeito, consideração nem admiração pelos méritos políticos desse grande brasileiro, grande nacionalista, até porque mencionei isso de forma clara na minha fala.

Da mesma forma, pela maneira como me dirigi ao Deputado Rogério Correia, por quem tenho admiração e respeito, não pude deixar de me sentir, sim, ofendido pela referência feita pelo Deputado de que teríamos nos manifestado com rancor. Esse sentimento não nutrimos, Deputado, não faz parte da nossa maneira de agir, em especial, com relação ao PT e ao PT de Divinópolis, em que tenho amigos, pessoas com quem tive uma convivência de trabalho extremamente produtiva, e continuo tendo, até hoje, uma relação respeitosa, produtiva e de entendimento em várias questões do interesse do nosso povo.

A minha manifestação foi com vistas a enfatizar que esta Casa tem, sim, uma oportunidade de buscar, somar forças para que Minas Gerais seja de fato valorizada, respeitada pelo Governo Federal. Quando questionava os aspectos de coerência com relação a defender uma tese em um momento, e não defendê-la em outro, não foi também intenção deste Deputado fazer a defesa do Governo Fernando Henrique. Até porque, no que diz respeito às questões de bloqueio de recursos de Minas Gerais e da intransigência em não se renegociarem as dívidas deste Estado, não apenas me manifestei publicamente na ocasião, mesmo sendo membro do partido do Presidente Fernando Henrique, do PSDB, mas fui ao Palácio da Liberdade, junto com o Prefeito Célio de Castro, com o Prefeito Tarcísio Delgado, manifestar de forma clara e pública que não considerava justo aquele tipo de tratamento a Minas Gerais e que precisávamos de um entendimento para que este Estado pudesse ter tempo para se reorganizar e pagar suas dívidas junto ao Governo Federal, não sendo de forma alguma prejudicado.

Sempre manifestei-me com relação à política de juros altos e de superávit a qualquer preço. Não há incoerência da parte deste Deputado nem defesa das teses praticadas de forma equivocada no passado e que continuam sendo praticadas hoje. A tese segundo a qual devem ser praticados juros altos e deve ser alcançado superávit primário a qualquer preço e a qualquer custo, para atender à política macroeconômica, sem levar em conta dificuldades no campo social, precisa ser revista.

Quero registrar meu respeito a V. Exa., mas creio que não cabe a este Deputado a pecha de rancoroso. Nunca me posicionei assim. Cabe, na minha história, a busca da coerência, e por ela lutarei. Se defendemos uma questão e mudamos de opinião, devemos ter humildade de dizer.

Queremos que esta Casa seja valorizada e que haja respeito à figura do homem público, para não ser taxado como alguém que nivelou por baixo. Devemos nos unir em torno da causa maior, que é o desenvolvimento de Minas e do País. Com esse propósito manifestei-me e continuo sustentando minhas declarações. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Foi uma tarde proveitosa. Temos de encerrar o pronunciamento trazendo uma reflexão para quem está nos vendo. Em política, a coerência não é algo pessoal. Não posso dizer que sou contra juros altos e superávit primário e, ao mesmo tempo, permanecer em um partido que praticou isso por oito anos. Não posso falar que sou católico e que não acredito em padre. Tampouco que sou evangélico e não considero pastor. É incoerência defender projeto que pratica juros altos e superávit primário e, ao mesmo tempo, estar no partido.

Tenho certeza de que o PT não quer isso nem continuará brigando, pois essa política levou o Brasil aonde está. Porém não se muda de um dia para outro. O Deputado Antônio Carlos Andrada diz que Lula prometeu mudança rápida. Lula disse, várias vezes, que as coisas não acontecem da forma que queremos da noite para o dia. Quando se quer ter um filho, espera-se nove meses, mais um ano para que comece a andar e falar papai e mamãe. Lula nunca disse que a mudança seria da noite para o dia.

O aperto do PSDB de Minas Gerais é porque o Governador atual deve ter prometido mais do que está conseguindo fazer. Agora quer culpar o Presidente Lula, que só tem 90 dias de governo. Está num partido que nunca foi poder no País, nunca foi maioria no Congresso Nacional, na Câmara ou na Assembléia. Agora é culpado por todas as mazelas por que passa o País e o Estado. Da população, 80% continuam acreditando no Lula e no PT, embora estejamos em um governo não genuinamente nosso, um governo de coalizão. Conhecendo a maneira radical, sensata e determinada com que Lula encara o que se propõe a fazer, daremos outro rumo ao País.

Melhoraremos o País como um todo, porque está doente. Podemos comparar o Brasil com uma árvore frutífera: se estiver doente, seus frutos nascerão doentes. Os municípios e Estados estão doentes. E o povo sofre. Com certeza, encontraremos o melhor caminho para o Brasil e para Minas Gerais. O PT participará dessa luta, porque deseja que o povo mineiro tenha vida digna, que o Estado de Minas seja soberano. Mas para que isso aconteça precisamos de um País soberano.

Terminamos a nossa fala justamente no início da fala do colega Antônio Carlos Andrada, quando disse que o Governo de Minas, para iniciar as mudanças, atacou três pilares: o político, o administrativo e o financeiro. São coisas diferentes. Não acreditamos que um ato político consiga resolver os problemas financeiros por que passa o Brasil, que são de responsabilidade exclusiva do PSDB e, de maneira muito determinada, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, durante oito anos, colocou o País nessa situação de mazelas em que está vivendo.

Mas o povo acreditou. Iremos - PT, demais partidos e pessoas de bem do Brasil - melhorar a nossa situação, tornando o nosso País soberano e Minas, um Estado feliz onde se viver. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Sr. Presidente, colegas Deputados, algumas intervenções feitas por parlamentares do PSDB trouxeram à tona uma questão básica na política, que é o reconhecimento dos avanços e da gratidão. Taxar o Governo Lula de ser lento, de demonstrar descaso para com Minas Gerais é, no mínimo, cometer injustiça. Diante de todas as dificuldades, o Governo Federal é presença constante não só por meio da presença física de seus Ministros, mas também por ações concretas. O Deputado Rogério Correia mencionou algumas, como a recuperação da malha viária do Estado. Tivemos também a negociação financeira da medida provisória, que está retirando, para efeito de cálculo, o repasse do recurso, que no ano passado foi negociado exaustivamente. Isso significará menor nível de comprometimento no pagamento das parcelas da dívida mineira. Além disso, temos o auxílio do Governo Federal no plano de segurança, menina dos olhos do Governo Aécio Neves e necessidade imperiosa no Estado. Além disso, o Governo Lula está convidando os Governadores para discutir e iniciar o processo de encaminhamento da reforma tributária.

A gratidão e o reconhecimento não dizem respeito somente ao Governo Federal, mas também a Itamar Franco. Não tenho nenhum tipo de procuração para defendê-lo, mas os Deputados do PSDB fazem críticas ácidas e amargas ao ex-Governador, que apoiou de coração aberto o atual Governador Aécio Neves. Acredito que devemos avaliar o seu Governo, mas os Deputados do PSDB deveriam ter gratidão política, porque Itamar Franco foi peça chave para a eleição de Aécio Neves. Se houvesse apoiado o nosso candidato, Nilmário Miranda, talvez Minas estivesse numa condição melhor, com um projeto democrático popular. Nesse sentido, temos reservas à postura política do ex-Governador, que apoiou Lula, mas não apoiou o nosso candidato ao Governo de Minas.

Essa ingratidão dos representantes de Aécio Neves para com o Governo Federal talvez não seja a posição do Governador, que tanto tem falado nessa boa interlocução, nesse bom relacionamento, inclusive preservando Lula.

Hoje, fala mal dos técnicos e de quem está negociando a dívida do ponto de vista da área econômica do Governo. Faço esse registro em relação ao ex-Governador, que foi tão crucial para a vitória de Aécio Neves. A gratidão é elemento muito importante na política. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, era este o meu pronunciamento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/4/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Bejani

exonerando Andréa Torres Vaz de Melo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Cássia Imbelloni Hosken Manzolaro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando José Carlos Machado do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Wânia Aparecida Vinhal do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Débora Almeida do Nascimento para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Geraldo Aparecido Fernandes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando José Carlos Machado para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Marlos Andreucci Itaborahy para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Wânia Aparecida Vinhal para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Soniamar de Assis Salomé Amaral para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Administração Pública.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de São João do Paraíso. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Três Corações. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Dispensada, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Café Minas Rio Ltda. Objeto: fornecimento de café em pó. Dotação orçamentária: 33903000. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/4/2003. Licitação: dispensa, conforme art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação Comunitária do Povoado de Capoeira Grande, Município de Onça do Pitangui. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, parágrafo único da Lei nº 9.444, de 1987.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Hebert Haueisen Sander. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Paulo Roberto Cota. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Mara Sandra Caldeira Silva. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Fernanda Soares de Mesquita. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Vanessa Maria Costa Pereira da Silva Vieira. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Sueli Alvim Lobato. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Alexandre Henrique Francisco Rattes. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

ERRATA

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 27/3/2003

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 29/3/2003, na pág. 63, col. 1, no despacho do Projeto de Lei nº 320/2003, onde se lê: "nos termos do art. 188, c/c o art. 102", leia-se: "nos termos do art. 190, c/c o art. 102".